



DEPARTAMENTO DE DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO PENAL

**O Instituto da Suspensão Provisória do processo no crime de condução em estado
de embriaguez**

Relatório profissional para a obtenção do grau de Mestre em Direito,
Especialidade em Ciências Jurídico Criminais

Autor: Nuno Miguel Chaveiro Marques Freira

Orientador (a): Mestre Helena C. Tomaz

Dezembro de 2015

Lisboa

RESUMO

Com o presente estudo pretende apresentar-se uma visão prática do instituto da suspensão provisória do processo no sistema jurídico-penal português.

Numa segunda fase conhecer a evolução do instituto da suspensão provisória do processo, conhecer a consagração de um modelo de justiça consensual, caracterizar o regime jurídico do instituto da suspensão provisória do processo, identificar quais os equívocos que persistem quanto à concordância judicial à suspensão provisória do processo, identificar quais os argumentos a favor da admissibilidade de abertura da instrução com vista à suspensão provisória do processo, conhecer o verdadeiro papel do juiz de instrução criminal na suspensão provisória do processo.

Afigura-se-me interessante a investigação do instituto da suspensão provisória do processo penal antes e após a reforma de 2007.

A questão por detrás de todo este estudo prende-se em saber se o instituto da suspensão provisória do processo pode ser aplicado ao crime de condução de veículo em estado de embriaguez previsto e punido pelo artigo 292º do Código Penal.

Palavras-chave: oportunidade, consenso, celeridade e ressocialização.

ABSTRACT

The present study aims to present a practical overview of the institute's temporary suspension of the proceedings in the criminal justice system Portuguese.

In a second phase to know the evolution of the institution of provisional suspension of the process, knowing the consecration of a consensual justice model, characterize the legal institute of the temporary suspension of the case, identify the misconceptions that persist about the judicial agreement to the temporary suspension of process, identify the arguments for the admissibility of the opening statement for the temporary suspension of the process, know the true role of the judge in charge of the provisional suspension process.

It seems to me interesting research institute of the temporary suspension of the criminal proceedings before and after the 2007 reform.

The question behind all this study concerns whether the institution of the temporary suspension of the process can be applied to the offense of driving a vehicle while intoxicated and will be punished by art. 292° of the Penal Code.

Keywords: opportunity, consensus, celerity and rehabilitation.

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| RESUMO | 2 |
| ABSTRACT | 3 |
| ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 5 |
| INTRODUÇÃO | 6 |
| I – PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL | 8 |
| 1 - FORMAÇÃO ACADÉMICA..... | 8 |
| 1.1 – Licenciatura em Direito..... | 8 |
| 2 – OUTRA FORMAÇÃO..... | 8 |
| 2.1 – Curso de Formação Pedagógica de Formadores..... | 8 |
| 2.2 – Cursos de Formação Jurídica..... | 8 |
| 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL | 9 |
| 3.1 – Advogado | 9 |
| 3.2 – Formador | 10 |
| 3.3 – Presidente de Mesa da Assembleia Geral da Associação de Grossistas de Tabaco do Sul.. | 11 |
| 3.4 – Orador..... | 11 |
| II – REFLEXÃO E ANÁLISE CRÍTICA AO PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL | 12 |
| III - O INSTITUTO DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO NO CRIME DE CONDUÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ | 15 |
| 1. Enquadramento..... | 15 |
| 2. Fundamentação teórica..... | 18 |
| 3. Parametrização da suspensão por referência aos fins das penas | 23 |
| 4. Controlo jurisdicional..... | 24 |
| 5. Admissibilidade, ou não, de recurso do despacho de não concordância do juiz de instrução criminal | 27 |
| 6. Os pressupostos de aplicação da suspensão provisória do processo | 32 |
| 7. As injunções e regras de conduta | 33 |
| 8. Faculdade ou Poder Dever do Ministério Público..... | 33 |
| 9. A abertura de instrução com vista à suspensão provisória do processo no crime de condução em estado de embriaguez | 35 |
| 10. Factores a ponderar para a decisão da Suspensão Provisória do Processo no crime de condução em estado de embriaguez | 39 |
| 11. Injunções e regras de conduta aplicáveis na Suspensão Provisória do Processo no crime de condução em estado de embriaguez | 40 |
| CONCLUSÃO | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 45 |
| ANEXOS..... | 50 |

ABREVIATURAS E SIGLAS

CPP – Código de Processo Penal

CP – Código Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

MP – Ministério Público

TAS – Taxa de álcool no sangue

TC – Tribunal Constitucional

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

INTRODUÇÃO

O relatório que se apresenta insere-se no âmbito da deliberação nº 37/2011 de 29 de Junho aprovada pelo Conselho Científico da Universidade Autónoma de Lisboa (Grau de Mestre para Licenciados) indicando que *“Os diplomados que tenham terminado as suas licenciaturas ao abrigo do sistema de graus anterior ao Processo de Bolonha e que tenham mais de cinco anos de experiência profissional relevante na área científica da especialidade (...) poderão obter o grau de mestre solicitando a creditação das competências académicas e profissionais obtidas e, em alternativa à dissertação, apresentar um Relatório detalhado sobre a sua actividade profissional (...)”*.

Como tal, o presente relatório pretende apresentar a experiência profissional e inerente reflexão crítica às vivências académicas e profissionais, bem como a apresentação de um tema importante da área profissional do autor.

Num primeiro capítulo deste relatório é feita uma apresentação do percurso académico e profissional, projectos e actividades desenvolvidas.

Segue-se um segundo capítulo com a reflexão crítica sobre este percurso supracitado com uma análise detalhada do mesmo.

No terceiro e último capítulo é desenvolvido o tema “Instituto da suspensão provisória do processo no crime de condução em estado de embriaguez”.

Esta escolha prendeu-se com o facto de ter muitas intervenções em processos crime em que, nalguns, debati-me pela aplicação daquele instituto ao crime de condução em estado de embriaguez.

Acontece que, a administração da justiça não pode ser encarada numa lógica economicista. Por isso, não podemos limitar o acesso à mesma na medida em que poderíamos colocar em causa vários princípios constitucionais do Estado de Direito democrático, sendo que os cidadãos seriam, sem qualquer dúvida, os mais prejudicados se tal se verificasse, e é dever do Estado proporcionar um sistema que possa efectivamente prestar justiça para todos e não só para uma minoria.

Actualmente constatamos que apesar de ninguém estar acima da Lei, o que acontece na prática é que se verifica uma preponderância daqueles que por razões de vária ordem têm “um tratamento privilegiado” porque o nosso sistema de justiça criminal assim o permite.

Com isto podemos afirmar que a justiça é um pilar bastante importante no nosso Estado de Direito, pelo que não se lhe pode inculir valores e princípios subjacentes a um sistema

capitalista já que tal colocaria em causa um dos princípios basilares do Estado de Direito – o princípio da separação de poderes.

Quanto às penas privativas de liberdade, ao contrário do objectivo que o legislador traçou para as mesmas, o que é certo é que verificamos que não têm tido o efeito pretendido, isto é, a ressocialização e/ou recuperação dos delinquentes.

O custo de execução destas sanções é altíssimo para o erário público, daí a necessidade de se procurar novas alternativas às penas privativas de liberdade.

O instituto da suspensão provisória do processo foi introduzido no sistema penal português com o Código de Processo Penal (CPP) de 1988.¹ Trata-se de uma das alternativas de consenso que devia ser (em muitos casos) utilizada, nomeadamente nas chamadas “bagatelas penais”, no entanto, verificamos através da nossa experiência profissional que nem sempre isso acontece, nomeadamente no que diz respeito ao crime de condução em estado de embriaguez p. e p. pelos artigos 292º e 69º do Código Penal.

Com a revisão do Código de Processo Penal² não nos parece que a suspensão provisória do processo (pelo menos no seu regime geral) tenha visto serem alteradas as ideias centrais a que vem sendo reconduzida desde a sua consagração no CPP de 1988. Mantêm-se as ideias de consenso³, celeridade e ressocialização; mantêm-se a suspensão provisória do processo como uma das respostas às exigências de uma política criminal de diversão.⁴

No entanto, as alterações introduzidas não deixam de gerar, num ou noutro aspecto, certos problemas que exigem uma reflexão para que possamos alcançar respostas adequadas. Por outro lado, há problemas que se colocavam já antes da revisão e que continuam a colocar-se, merecendo, também estes, a nossa reflexão.

¹ Aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87, de 17/2 e entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1988.

² Revisão realizada pela Lei nº 48/2007, de 29 de Agosto (que entrou em vigor no dia 15 de Setembro de 2007), rectificada pela Declaração de Rectificação nº 100-A/2007, de 26 de Outubro, por sua vez, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 105/2007, de 9 de Novembro.

³ Sobre o âmbito conceitual do consenso em direito, JOSÉ DE FARIA COSTA, *Consenso, verdade e direito...*, 2005, p. 93 e ss. Sobre as tendências recentes em matéria de consenso no processo penal alemão, alertando para os perigos de uma prática sem regulamentação, BARBARA HUBER, *Últimas tendencias em matéria de negociaciones en el proceso penal alemán*, 2008, p 43 e ss.

⁴ Cf. MANUEL DA COSTA ANDRADE, *Consenso e oportunidade (Reflexões a propósito da suspensão provisória do processo e do processo sumariíssimo)*, 1991, p. 321. Sobre o conceito, os tipos e os métodos de diversão, JOSÉ DE FARIA COSTA, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, 1985, p. 93 e ss.; e JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *O sistema sancionatório do direito penal português no contexto dos modelos de política criminal*, 1998, pp. 28-30.

I – PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

1 - FORMAÇÃO ACADÉMICA

1.1 – Licenciatura em Direito (cf. Anexo 1)

Iniciei o meu percurso no ensino superior no ano lectivo de 1994/95 ao ingressar na Licenciatura em Direito da Universidade Lusíada de Lisboa. Candidatei-me a este curso superior com o objectivo de vir a exercer uma profissão jurídica, que mesmo na altura ainda não estando bem definida qual, tinha a convicção de que a minha realização profissional passaria necessariamente por esta área do saber.

Frequentei e concluí a licenciatura ainda em formato pré-Bolonha, onde o curso era ainda composto por cinco anos de estudos.

2 – OUTRA FORMAÇÃO

2.1 – Curso de Formação Pedagógica de Formadores

Em 2009, iniciei um curso de formação pedagógica de formadores de forma a obter o então Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP), actual Certificado de Competências Pedagógicas (CCP). A formação foi prestada pela empresa *Rurambiente* em curso homologado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Obtive o certificado no dia 16/10/2009 com a classificação de Muito Bom (cf. Anexo 2).

2.2 – Cursos de Formação Jurídica (cf. Anexos 3 a 13)

Ao longo da minha vida profissional ainda como Advogado Estagiário e já depois como Advogado, procurei sempre investir na minha formação enquanto jurista. O direito é uma área muito vasta e em permanente mudança, pelo que um advogado encontra um desafio constante e quase diário. Assim procurei sempre estar à altura, realizando várias acções de formação:

- **5ª Bienal de Jurisprudência – Centro do Direito da Família da Universidade de Coimbra**

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - 28 e 29 de Outubro 2010

- **Acção de formação - *A reforma dos recursos em processo civil***

Ordem dos Advogados, Delegação de Montemor-o-Novo - 17/11/2007

- **Acção de formação - *A reforma do processo penal***

Ordem dos Advogados, Delegação de Montemor-o-Novo - 20/10/2007

- **Acção de formação - *Tendências actuais da responsabilidade civil***
Ordem dos Advogados, Conselho distrital de Évora - 19/06/2004
- **Acção de formação - *A nova legislação laboral***
Ordem dos Advogados, Delegação de Santarém - 17/06/2004
- **Acção de formação - *Meios procedimentais e processuais de reacção contra actos tributários***
Ordem dos Advogados, Delegação de Santarém - 01/06/2004
- **Acção de formação - *A família e a lei***
Ordem dos advogados, Delegação de Santarém - 29/05/2004
- **Acção de formação - *Contra ordenações ao código da estrada***
Ordem dos advogados, Conselho Distrital de Évora - 26/05/2004
- **Acção de formação - *Contra ordenações laborais***
Ordem dos advogados, Conselho Distrital de Évora - 26/05/2004
- **Acção de formação - *Contra ordenações da competência municipal***
Ordem dos advogados, Conselho Distrital de Évora - 17/05/2004
- **Acção de formação - *Regime geral das Contra ordenações e coimas***
Ordem dos advogados, Conselho Distrital de Évora - 14/05/2004

3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL

3.1 – Advogado

Em Julho de 2003 inscrevi-me no estágio da Ordem dos Advogados. Realizei o referido estágio na Comarca de Montemor-o-Novo no escritório do Dr. Macau Ferreira, meu patrono. Enquanto Advogado Estagiário, sob orientação do patrono tradicional e do patrono formador prestei assessoria jurídica extrajudicialmente e judicialmente. Realizei pareceres técnico-jurídicos, redigi documentos jurídicos, analisei factos e legislação. Realizei estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos. Executei as mais diversas tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Durante este período fui também Colaborador do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados em Évora responsável pela área de informática, onde zelava pelo tratamento, pesquisa e termos de disponibilização dos conteúdos do Portal.

O Estágio na Ordem dos Advogados terminou em Julho de 2005, no qual obtive aprovação no exame final de agregação, o que me permitiu o ingresso definitivo na referida associação profissional.

Enquanto Advogado, actividade que exerço de forma individual, cumpre-me prestar assessoria jurídica, através da prática de actos judiciais e extrajudiciais. Neste âmbito cabe-me formalizar pareceres técnico-jurídicos, redigir os mais variados documentos e peças jurídicas, analisar factos, estudar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito das Instituições. Realizo estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos de interesse do cliente e toda uma panóplia de outras tarefas que cabem na dinâmica da advocacia, e sempre no cumprimento da Lei dos actos próprios dos advogados.

Logo em 2005, findo o estágio, estabeleci escritório em Montemor-o-Novo. Mais recentemente, em 2012, surgiu a oportunidade de abrir um outro escritório em Évora, onde exerço a minha actividade em colaboração com outros colegas. Presentemente, também tenho ao meu dispor um escritório em Coruche, no qual colaboro com um colega com muita experiência profissional. Para além disso, sou Patrono (tradicional), sendo responsável pelo tirocínio de uma advogada estagiária que se encontra a terminar o estágio e está inscrita no Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados

Em termos gerais, no decurso da fase complementar de formação, compete ao Patrono orientar e dirigir a actividade profissional do advogado estagiário, iniciando-o no efectivo da advocacia e no cumprimento das regras deontológicas da profissão de advogado. Ao Patrono, cabe ainda, apreciar a aptidão, idoneidade ética e deontológica do estagiário para o exercício da profissão.

3.2 – Formador

Iniciei a minha actividade de formador em 2012, em colaboração com empresa de formação Destinos Práticos Lda., sediada em Leiria. A formação que tenho vindo a ministrar está especialmente ligada a legislação rodoviária, sendo ela:

- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças (2h30) - 09/06/2012**
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças (2h30) - 09/11/2013**
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças (2h00) - 11/07/2013**
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças (2h30) - 28/02/2013**

- **Módulos - Legislação sobre transporte de mercadorias e Legislação sobre transporte de passageiros** (Total de 14h) - 6, 8 e 10 de Agosto de 2012
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças** (2h30) - 09/11/2013
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças** (2h30) - 14/06/2014
- **Módulo – Legislação sobre transporte colectivo de crianças** (2h30) - 12/09/2015

3.3 – Presidente de Mesa da Assembleia Geral da Associação de Grossistas de Tabaco do Sul

Desde 15 de Dezembro de 2007 que venho a ocupar a função de Presidente de Mesa da Assembleia Geral da Associação de Grossistas de Tabaco do Sul, situada em Borba.

Neste âmbito cabe-me representar a Assembleia, convocar eleições e assembleias, verificar a regularidade de candidaturas a eleições, decidir sobre pedidos de demissão ou renúncia de membros da associação e presidir a reuniões.

3.4 – Orador

Convidado pelo Conselho Distrital de Évora a participar no I encontro de Jovens Advogados do Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados com o tema *“A sustentabilidade e o futuro da advocacia em prática individual”*.

II – REFLEXÃO E ANÁLISE CRÍTICA AO PERCURSO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

Relativamente ao percurso académico não posso deixar de salientar a importância do papel e missão da instituição “universidade”. A universidade tem uma função bastante relevante no âmbito da sociedade do conhecimento. Neste sentido, deve ser reconhecida como uma instituição que desempenha importantes papéis para o desenvolvimento humano, regional e sustentável na sociedade contemporânea. Ela tem a missão não apenas de possibilitar aos alunos a obtenção de um diploma, um emprego e remuneração satisfatória, mas principalmente deve ser capaz de retribuir o investimento que recebe da comunidade, desenvolvendo estudos, pesquisas e projectos de extensão compatíveis com as reais necessidades da população em benefício comum, ou seja, deve contribuir para solucionar os actuais problemas da sociedade. Outra função da universidade é auxiliar os alunos para que eles tenham uma opinião formulada e crítica diante da realidade social para que haja um avanço científico, tecnológico e cultural. Por fim, a universidade tem como função o dever de estar comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao entrar na universidade, mais propriamente na licenciatura em Direito, esta proporcionou-me as bases para enveredar por qualquer uma das profissões jurídicas. Por entender que tinha vocação, escolhi ser advogado, embora nesse momento não tivesse consciência das dificuldades que iria encontrar no exercício desta nobre profissão. Tais dificuldades traduzem-se numa fase inicial com a falta de experiência profissional em determinadas áreas do direito, que com o passar do tempo foram ultrapassadas com intervenções em processos cujo objecto incidia sobre matérias com as quais não tive qualquer contacto durante o estágio.

O estágio na Ordem dos Advogados tem, na fase inicial ou teórica, de aferir se o estagiário está preparado em termos técnicos na área do direito processual Civil e Penal e ainda saber se assimilou devidamente as regras deontológicas, tão importantes para o exercício da profissão.

No entanto, numa segunda fase (fase complementar) foi muito importante o contacto que tive com as instituições ligadas à justiça e com todos os operadores judiciários. O facto de ter exercido o patrocínio officioso, ajudou-me a aprender e a compreender do ponto de vista prático aquilo que já tinha assimilado em termos teóricos, sendo que a maioria das intervenções foram na área do direito criminal, nomeadamente processos em que os arguidos vinham acusados do crime de condução em estado de embriaguez. Acontece que, nalguns destes processos, no âmbito da estratégia de defesa do arguido, foi meu entendimento que, em

determinados casos concretos, se se verificassem os requisitos do Instituto da Suspensão Provisória do Processo, o mesmo deveria ser aplicado. No entanto, isso nunca aconteceu.

O estágio foi importante, como já referi, porque permitiu-me a iniciação no exercício efectivo da advocacia e no cumprimento das regras deontológicas da profissão de advogado.

Após a conclusão do estágio na Ordem dos Advogados, iniciei o exercício da profissão dedicando-me mais a processos relacionados com a área criminal, nomeadamente relacionados com o crime de condução em estado de embriaguez. Por esse motivo, continuei a acompanhar a questão de saber se o referido instituto se poderia aplicar a alguns casos em que da acusação pública constava o crime em questão, sendo que esta questão foi sempre muito discutida na jurisprudência e na doutrina. No entanto, tive de começar a dedicar-me a outras áreas do direito, tais como, Família e Menores, Trabalho, Administrativo, Civil, Comercial, Contra-ordenacional, entre outras. Acontece que, exercer advocacia em prática individual no interior do País implica necessariamente um conhecimento mais amplo de todas ou quase todas as áreas do direito. Esse foi o um dos aspectos negativos com que me deparei, uma vez que, se estivesse numa sociedade de advogados, onde em regra impera a especialização, o rigor e o desempenho seriam bem diferentes. Por esse motivo, tive de me adaptar à realidade do meio onde exerço a minha actividade profissional, com a vantagem de ser reconhecido mais facilmente pelas pessoas, havendo uma rápida divulgação entre a população se obtiver sucesso no patrocínio de um determinado processo. Com o passar do tempo tive de mudar, isto é, adaptar o exercício da profissão à nova realidade social, passei por exemplo a deslocar-me à sede de empresas que constavam da minha lista de clientes para reuniões com os seus representantes legais, porque se assim não fosse corria o sério risco de perder o cliente.

Na verdade, a globalização e a situação económica do país fazem com que o exercício da advocacia em prática individual seja cada vez mais difícil.

Os cidadãos querem especialistas, versatilidade e mobilidade geográfica. Ora, não tenhamos dúvidas, os advogados em prática isolada não podem ser especialistas e também não podem dedicar todo ou parte do seu tempo a um só cliente.

A sustentabilidade da prática isolada não nasce de uma profissão de fé. Ao lado da vocação e da perseverança a que este tipo de advocacia apela, é necessário criar condições para que o caminho possa ser percorrido.

É necessário:

- Incentivo a uma prática livre e honesta;
- Respeito pelas regras deontológicas;

- Fomento pela advocacia preventiva;
- Dignificação da profissão;
- Uma reforma do sistema de apoio judiciário;
- Uma “cura” para o bom funcionamento do sistema judicial;
- Que o novo advogado seja mais informado, mais estudioso, mais consciente das suas limitações, mais ligado ao mundo e aos outros.

A formação não é só para o estagiário.

A formação deve acompanhar toda a vida do advogado. Por isso, consta em anexo a minha participação em várias acções de formação (anexo 3 a 13).

As acções de formação realizadas em 2004 e nas quais participei, eram de frequência obrigatória, pois nessa altura o modelo de estágio na O.A. assim o exigia, pelo que não tive liberdade de escolha quanto aos temas apresentados nas mesmas. Ainda assim, todas elas contribuíram para o meu desenvolvimento técnico-jurídico enquanto advogado estagiário.

Quanto às restantes, o motivo principal foi sempre a constante actualização das sucessivas alterações legislativas permitindo estar sempre muito bem preparado para ter um bom desempenho profissional nos processos em que tive intervenção, nomeadamente na área criminal.

Em suma, entendo, salvo melhor opinião, que conjugando o meu percurso académico com o exercício de 10 (dez) anos de profissão com mais 2 (dois) de estágio, nomeadamente no âmbito do direito criminal, estou devidamente apto e preparado para apresentar o presente relatório profissional sobre o tema proposto.

III - O INSTITUTO DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO NO CRIME DE CONDUÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ

1. ENQUADRAMENTO

A suspensão provisória do processo foi introduzida no sistema penal português com o Código de Processo Penal (CPP) de 1988. Até então, na vigência do Código de Processo Penal de 1929, o Ministério Público (MP), concluída a investigação criminal, podia optar entre deduzir acusação, sujeitando o caso a julgamento, ou arquivar o processo.

Deduzia acusação quando reunia indícios suficientes da prática de um crime e da identidade do seu autor, arquivava no caso contrário. A partir de 1988, reunidos indícios suficientes da prática de um crime, pode o Ministério Público optar, também, por não acusar o seu autor, isto é, pode não o submeter a julgamento. Pelo que, verificados os pressupostos enunciados no artigo 281º do CPP, o Ministério Público pode, em certos casos, suspender provisoriamente o processo, com o acordo do arguido e do assistente e obtida a concordância do juiz de instrução, mediante a imposição ao arguido de injunções ou regras de conduta.

Cumpridas essas injunções ou regras de conduta, o arguido não será acusado, nem, por isso, julgado e condenado numa pena, antes verá o processo arquivado.

A introdução deste mecanismo processual constituiu uma manifestação de uma importante ruptura com o sistema processual até então vigente e uma das mais importantes alterações do pensamento penal e de política criminal do século passado.

Foi uma alteração imposta ao direito pelas transformações da própria sociedade e por disciplinas como a criminologia e a sociologia jurídica.

Com efeito, a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento da sociedade de consumo trouxera para dentro dos tribunais a explosão da litigação⁵, o que levou a que os sistemas penais clássico e neoclássico, assentes, primeiro no modelo essencialmente punitivo, depois no modelo ressocializador, tenham entrado em crise. Por um lado, os sistemas de controlo, em especial as polícias e os tribunais, mostraram-se incapazes de lidar com o aumento exponencial de criminalidade massificada. A ilusão “justiça para todos e já” da democracia foi cedendo perante a realidade de um Estado e de uma justiça pesados,

⁵ JOÃO PEDROSO/ CATARINA TRINCÃO/ JOÃO PAULO DIAS, *Percursos da informalização e da desjudicialização...* 2001, p 43. Em Portugal, o crescimento explosivo da litigação iniciou-se na década de 80 (v. Conceição GOMES, *A evolução da criminalidade e as reformas processuais na última década*, 2001, p. 4). No entanto, a existência real de uma explosão da litigação ou da litigiosidade é posta em causa por alguns autores, segundo refere BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES, JOÃO PEDROSO, *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas*, p. 42.

monolíticos e formalistas, impotentes para resolver a pequena e média criminalidade. Impotência essa tanto mais dramática quanto, como o iam demonstrando os estudos sociológicos, o crescente sentimento de insegurança das comunidades é causado, em grande parte, por essa pequena e média criminalidade massificada.

Por outro lado, o efeito ressocializador das penas em que assentava o modelo penal neoclássico foi sendo cada vez mais posto em causa pela criminologia, em especial pelas correntes da defesa social, mas também, embora com menor influência no direito penal, pela criminologia radical, de inspiração marxista⁶. A pena de prisão, o próprio contacto com o sistema penal e com o julgamento, bem como a correspondente imposição da “etiqueta” de “criminoso” aos autores das infracções penais, passaram a ser vistos como potenciadores da delinquência. O crime começou a ser visto por alguns como uma ficção social criada pelas instâncias de controlo que, no caso da criminologia radical, teriam como único objectivo a perpetuação do poder das classes dominantes⁷.

Nasceu assim, como refere Figueiredo Dias, um generalizado cepticismo sobre a eficácia da intervenção jurídico-penal⁸ e mesmo um discurso radical abolicionista do direito penal⁹.

Nos anos 60/70 do século passado, como tentativa de resposta à crise do sistema penal, surgiu um modelo dito da diversão, do consenso e da oportunidade. Esse modelo assenta na ideia geral da não intervenção do Estado punitivo, segundo a qual o aparelho penal do Estado, para um eficaz controlo do crime, não deve fazer mais, mas menos, isto para que o Estado não produza mais delinquência do que a que está em condições de evitar¹⁰.

A resolução dos problemas da pequena criminalidade passaria, não pelo endurecimento das sanções punitivas, mas pelo fomento de medidas alternativas ao sistema penal normal.

Trata-se, portanto, de um modelo que, por um lado, constatando que a diferença entre a procura e a oferta judicial atingira níveis intoleráveis, procurou adaptar o sistema judicial¹¹, aliviando-o, com base numa ideia pragmática de eficácia e de celeridade; mas por outro lado, reconhece o efeito estigmatizante da pena e criminógeno do contacto do arguido com o sistema formal tradicional; isto é, reconhece que não é a condenação formal em julgamento numa pena imposta pelo Estado que, em muitos casos, melhor resolve a situação particular criada com o crime ou que impede a sua repetição, mas antes uma solução que através do

⁶ FERNANDO TORRÃO, *A relevância político-criminal da suspensão provisória do processo*, 2000, p. 110.

⁷ R. GASSIN, *Criminologie*, 1988, p. 184-188 e 189-191.

⁸ FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Português: Parte geral II...*, 1993, p. 62.

⁹ JOSÉ DE FARIA COSTA, *Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?*, 1985, p. 64.

¹⁰ FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Português: Parte geral II ...*, 1993, p. 41.

¹¹ BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS/ MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES/ JOÃO PEDROSO, *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas*, 1995, p. 43.

consenso entre os vários sujeitos, especialmente o arguido e a vítima, melhor obtém a pacificação social e previne o cometimento de novos crimes.

Nessa linha, a Recomendação nº R/87-18 adoptada pelo Comité do Conselho da Europa em 17 de Setembro de 1987 considerou necessário “*o recurso, para tratar das infracções menores e do contencioso de massa: aos procedimentos ditos sumários; às transacções pelas autoridades competentes em matéria penal e por outras autoridades intervenientes, em substituição do processo; aos processos ditos simplificados*”.

Esta “nova” justiça penal abre-se, portanto, à contratualização, passa a ser uma justiça negociada, horizontal e interactiva¹². O delinquentes deve ser associado à aplicação da pena, pois, entende-se que a sanção mais útil é a aceite pelo condenado, por apelar ao seu sentido de responsabilidade¹³. Neste novo paradigma, a prisão passa a ser a última ratio e a própria imposição coerciva de uma pena sem a participação voluntária do arguido e da vítima.

Imbuído desse novo espírito, o CPP de 1988 estabeleceu uma distinção no tratamento da pequena e média criminalidade, por um lado, e da criminalidade grave, por outro. Para aquela criou, entre outros mecanismos processuais, a suspensão provisória do processo, que se inscreve nas referidas ideias de diversão, de consenso e de oportunidade. Diversão, porque o curso normal do sistema penal é, por um lado, encurtado, prescindindo da fase de julgamento e, por outro lado, por via disso, diverge da tradicional condenação e aplicação de uma pena; consenso, porque pressupõe o acordo do arguido e do assistente (quando exista) e, noutro plano, do MP e do Juiz; oportunidade, porque introduz excepções ao princípio da legalidade estrita, segundo o qual a cada crime corresponde obrigatoriamente uma acção penal (investigação, acusação e julgamento) confiada a órgãos de poder público^{14, 15}.

¹² JOÃO PEDROSO/ CATARINA TRINCÃO/ JOÃO PAULO DIAS, *Percursos da informalização e da desjudicialização*, 2001, p. 149

¹³ Idem, p. 150.

¹⁴ O princípio da legalidade, que tem expressa consagração constitucional – artigo 219º da CRP – é classicamente considerado um dos pilares do Direito: o cumprimento rigoroso da Lei (escrita) asseguraria a uniformidade e a objectividade da sua aplicação e, desse modo, a igualdade entre os cidadãos. Na verdade, porém, a essa igualdade formal nem sempre corresponderá uma igualdade material ou efectiva. No processo penal princípio da legalidade significa que o MP é obrigado a iniciar o inquérito e a acusar todos os crimes de que tenha conhecimento. Ou seja, na sua actividade penal, o MP não pode atender a quaisquer critérios de oportunidade, seja política, social ou de outro tipo. Quanto à relação do Direito e dos seus fundamentos com as várias “igualdades”, numa perspectiva crítica, v. HESPANHA, *Cultura Jurídica Europeia*, 2012, p. 140 e ss. A literatura jurídico-penal trata abundantemente os princípios da oportunidade e da legalidade, como caracterizadores dos sistemas penais, bem como as suas manifestações. A propósito das suas manifestações na suspensão provisória do processo, v. TEIXEIRA, *Princípio da oportunidade...*, 2000 e TORRÃO, *A relevância político criminal...*, 2000.

¹⁵ Refere o preâmbulo do CPP: “ (...) convém não esquecer a importância decisiva da distinção entre a criminalidade grave e a pequena criminalidade – uma das manifestações típicas das sociedades modernas. Trata-se de duas realidades claramente distintas quanto à sua explicação criminológica, ao grau de danosidade social e ao alarme colectivo que provocam. Não poderá deixar de ser, por isso, completamente diferente o teor da

A suspensão provisória do processo foi, assim, uma das principais soluções em que o legislador apostou para o tratamento da pequena e média criminalidade e para responder a alguns dos problemas com que as transformações da sociedade urbana e de consumo confrontaram o direito penal e os sistemas de controlo. Como refere João Pedroso, a suspensão provisória do processo é considerada pela generalidade dos autores como um instrumento fundamental para o funcionamento da justiça penal¹⁶.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos temas mais fascinantes da suspensão provisória do processo penal diz respeito à natureza jurídica do instituto, pois é com base nela que se pode estabelecer a quem cabe a iniciativa de formulá-la.

Como já se referiu, a suspensão provisória do processo foi introduzida no ordenamento português pelo Código de Processo Penal de 1987, afirmando-se como uma alternativa ao despacho de acusação. O instituto da suspensão provisória do processo gerou dúvidas acerca da sua constitucionalidade logo a partir do momento em que o Conselho de Ministros aprovou o Código de Processo Penal, em 4 de Dezembro de 1986, pelo Decreto registado sob o nº 754/86. Em sede de fiscalização preventiva da constitucionalidade, o Tribunal Constitucional¹⁷ considerou que o problema da suspensão do processo pelo Ministério Público podia cindir-se a duas questões: uma, a da admissibilidade da suspensão, em si mesma considerada; outra, a da competência para ordenar a suspensão e a imposição das injunções e regras de conduta. Quanto à segunda questão, o Tribunal Constitucional considerou que seria inconstitucional a atribuição ao Ministério Público da competência para a suspensão do processo e a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta sem a intervenção do juiz de instrução. Na sequência desta posição do Tribunal Constitucional, no artigo 281.º do Código de Processo Penal, passou a exigir-se a concordância do juiz de

reação social num e noutro caso, máxime o teor da reacção formal. Nem será mesmo por acaso que a procura de novas formas de controlo da pequena criminalidade representa uma das linhas mais marcantes do actual debate político-criminal. Concretamente, é sobretudo com os olhos postos nesta específica área da fenomenologia criminal que, cada vez co maior insistência, se fala em termos de oportunidade, diversão, informalidade, consenso e celeridade. Não se estranhará por isso que o presente Código preste uma moderada mas inequívoca homenagem à razões que estão por detrás destas sugestões político-criminais. Nem será difícil identificar soluções ou institutos que delas revelam directamente. Pelo seu carácter inovador e pelo seu peso na economia do diploma, merecem especial destaque a possibilidade de suspensão provisória do processo com injunções e regras de conduta, sem os custos de uma estigmatização e de um aprofundamento da conflitualidade no contexto de uma audiência formal.”

¹⁶ JOÃO PEDROSO/ CATARINA TRINCÃO/ JOÃO PAULO DIAS, *Percursos da informalização e da desjudicialização*, 2001, p. 112.

¹⁷ Acórdão nº 7/87, publicado no Diário da República, I Série, de 9 de Fevereiro de 1987.

instrução como pressuposto de aplicação da suspensão provisória do processo. Já quanto à primeira questão, o Tribunal Constitucional entendeu que o instituto da suspensão provisória do processo não levanta, em si mesmo, qualquer obstáculo constitucional.

Posteriormente, no Acórdão n.º 244/99¹⁸, o Tribunal Constitucional reiterou a ideia de que a admissibilidade da suspensão provisória do processo não sofre, em geral, de qualquer inconstitucionalidade. No entanto, o Tribunal Constitucional voltou a ser chamado a pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade do artigo 281.º do Código de Processo Penal, por se considerar que tal norma viola a reserva da função jurisdicional (artigo 202.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República Portuguesa - CRP) e o princípio da independência dos tribunais (artigo 203.º da CRP).¹⁹ O Tribunal Constitucional considerou que o artigo 281.º do Código de Processo Penal não viola nenhum destes princípios.

Suscitou-se ainda uma outra questão nova: a de saber se o artigo 281.º seria inconstitucional quando conjugado com a norma do artigo 64.º do mesmo diploma e interpretado no sentido de dispensar a assistência de defensor ao arguido no acto em que é chamado a dar a sua concordância à suspensão provisória do processo, por violar o disposto no artigo 32.º, n.º 3, da CRP. O Tribunal Constitucional considerou não haver razão para que se imponha ao legislador a previsão da obrigatoriedade de assistência por advogado, em todos os casos de suspensão provisória do processo.

De todas as questões que este instituto suscitou, a de maior controvérsia será sempre a da necessidade de consentimento judicial à suspensão provisória do processo. A decisão do Tribunal Constitucional sobre esta não foi unânime. Em debate estiveram três teses, amplamente consagradas no texto da decisão e nas diversas declarações de voto que a acompanharam. Uma concepção radical, subscrita por Vital Moreira, Mário Brito e Raul Mateus, defendeu que a suspensão provisória do processo atribuíra ao Ministério Público o «exercício da função jurisdicional, que é da exclusiva competência dos tribunais (artigo 206.º da lei fundamental)», sendo, por isso, completamente inconstitucional.²⁰ Na conhecida fórmula de Vital Moreira, «ao suspender o processo, mediante a aplicação de injunções ou regras de conduta ao arguido, atribui-se ao Ministério Público uma função verdadeiramente jurisdicional, a qual conduz à aplicação de verdadeiras sanções, na base de um juízo sobre a responsabilidade criminal do arguido.» O facto de ser necessária a concordância do arguido

¹⁸ *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 486, de 1999, p.82.

¹⁹ Cf. O Acórdão n.º 67/2006 publicado no Diário da República, Serie II n.º 49 de 09 de Março de 2006 e o Acórdão n.º 144/2006 publicado no Diário da República, Serie II n.º 85 de 03 de Maio de 2006.

²⁰ Cfr. A declaração de voto do juiz MÁRIO DE BRITO, anexa ao referido ac. N.º 7/87

não retira àquelas medidas o carácter de verdadeiras penas, pois o arguido só “assentirá” nelas para evitar submeter-se à audiência de julgamento. Por isso mesmo, o mecanismo deveria ser totalmente rejeitado.²¹

Outra tese, igualmente radical, mas localizada nos antípodas da primeira, preconizava que «não existe qualquer norma ou princípio constitucional que proíba a introdução pelo legislador desta forma moderada do princípio da oportunidade para este tipo de criminalidade».

A generalidade dos juízes, agradando a gregos e troianos, discordou destes argumentos extremos e antagónicos e o Tribunal Constitucional acabou por enveredar por uma decisão intermédia ou de verdadeiro compromisso, entretanto confirmada por variados arestos posteriores.²²

Embora a admissibilidade da suspensão provisória do processo não suscite, em geral, qualquer obstáculo constitucional, «já não se aceita, porém, a atribuição ao MP da competência para a suspensão do processo e a imposição das injunções e regras de conduta previstas na lei, sem a intervenção de um juiz, naturalmente o juiz de instrução, e daí a inconstitucionalidade, nessa medida, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 281.º, por violação dos artigos 206.º e 32.º, n.º 4, da CRP».²³

Foi este cenário de contornos bem definidos, no intuito de expurgar a inconstitucionalidade detectada pelo Tribunal Constitucional na norma legal, que o legislador introduziu *in*

²¹ Cfr. A respectiva declaração de voto, anexa àquela decisão. As razões da discordância de VITAL MOREIRA são mais profundas, convocando três tipos de argumentos para a desconformidade constitucional do mecanismo. Com efeito, para além de usurpar um poder jurisdicional, VITAL MOREIRA fala do perigo decorrente de uma gestão discricionária do exercício da acção penal, susceptível de violar o princípio da igualdade e de gerar formas de impunidade selectiva e da desjurisdicionalização da função de julgar com a consequente criação de «dois tipos de condenações e condenados: os verdadeiros e próprios – os condenados pelo juiz – e os condenados pelo MP. Aqueles são-no de acordo com as regras constitucionais e legais do julgamento, com as respectivas garantias e em público; estes, através de uma espécie bizarra de acordo penal mais ou menos discreto, mais ou menos imposto ou solicitado».

²² É o caso dos Acs. N.ºs 244/99, de 29 de Abril de 1999 (ATC 43 [1999], p. 315) e 67/2006, de 24 de Maio de 2006 (DR II série de 9 de Março de 2006) e, de forma indirecta, do Ac. N.º 128/2006, de 22 de Fevereiro de 2006 (DR II série de 3 de Maio de 2006) e da decisão sumária n.º 77/2005, de 21 de Fevereiro.

²³ Cfr. Ac. N.º 7/87. Dizer que o juiz de instrução criminal que o Tribunal Constitucional teve em mente não é o actual juiz das liberdades ou das garantias, mas um juiz com competência para instruir oficiosamente o facto, não é replicar grande coisa. E que o próprio Tribunal Constitucional decantou essa figura relativamente a outras questões (justamente a de saber quem devia ser o titular da fase de inquérito), não havendo motivos para acreditar que os juízes do Tribunal Constitucional defendessem uma pluralidade de papéis para o juiz de instrução criminal. Entre as várias hipóteses possíveis, a escolha recaiu, assim, sobre o juiz que funcionalmente está mais próximo do inquérito e que organicamente tem competência para sindicar as restrições aos direitos fundamentais aí ocorridas, mas já não pode sindicá-las *ex officio* o exercício da acção penal.

extremis, repetimos mais uma vez, a exigência suplementar do consentimento judicial à suspensão provisória do processo.²⁴

O que, quer como elemento histórico, quer como testemunha irrefutável da vontade do legislador, há-de ter influência na delimitação dos poderes de cognição do juiz de instrução criminal: não se concebe que, apenas por causa daquele *dictum* do Tribunal Constitucional, o legislador tenha – violando o mandato que lhe foi conferido pela Assembleia da república – passado, em pouco tempo, de um modelo que prescindia da figura do juiz para um regime que, pouco preocupado com a coerência do novo paradigma, institui um «juiz Hércules».²⁵

Na doutrina esta reformulação tardia do projecto inicial foi acolhida com manifesto agrado. A imposição de injunções e regras de conduta é considerada, ainda hoje, como um acto materialmente jurisdicional, que não cabe nas atribuições do Ministério Público. Uma vez que pode estar em causa a liberdade individual, mesmo que não se imponham verdadeiras penas, há que verificar se o consentimento do arguido foi legitimamente obtido.²⁶ O juiz de instrução criminal, enquanto juiz das liberdades, que durante o inquérito autoriza ou mesmo pratica os actos que directamente respeitam aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, não pode

²⁴ Nos termos do artigo 279.º da CRP, se o Tribunal Constitucional se pronunciar pela inconstitucionalidade de uma norma, ela pode ser expurgada ou reformulada pelo órgão de onde provém, de modo a eliminar as inconstitucionalidades detectadas. Ora, se o governo por um lado tinha competência para, cumprindo a Constituição e aceitando a censura do Tribunal Constitucional, reformular a norma e impor a concordância suplementar do juiz de instrução criminal (enquanto instância de controlo das restrições aos direitos fundamentais), por outro, já não poderia consagrar requisitos mais severos do que os resultantes da Lei Fundamental e das normas orientadoras constantes na Lei de autorização legislativa n.º 43/86, de 26 de Setembro, nomeadamente no seu artigo 2.º, n.º 2, al. 46), que apenas prevê o consentimento do arguido e do ofendido para efeitos de aplicação do instituto em causa. É nosso entender que o legislador não deveria ter ido mais longe do que o exigido pelo Tribunal Constitucional, que no referido Acórdão apenas determinou como necessário à verificação da constitucionalidade que se consagrasse um juiz das liberdades. Assim é também, na medida em que a Lei de autorização legislativa não previa o consentimento de um juiz (para além do estritamente necessário à solvabilidade constitucional), pelo que não poderia o Governo, invertendo a sua posição inicial na matéria, vir a consagrar um juiz que afinal pode tudo (previsão essa que ultrapassa largamente os poderes, em geral, conferidos ao juiz de instrução criminal), extravasando o âmbito da referida autorização legislativa. A faculdade de reformulação não pode servir de álibi para a violação da Lei de autorização legislativa, nem da própria Constituição. Nestes termos, a reformulação do artigo 281º do CPP deveria ter ido no sentido de a intervenção do juiz de instrução ser apenas para controlo da verificação dos pressupostos de aplicação do instituto e da legalidade das injunções propostas pelo MP, ou seja, na fórmula em que o artigo ficou redigido, o juiz tem um poder quase discricionário de concordância ou discordância com a aplicação do instituto e não de mera garantia, acabando por retirar o protagonismo ao papel do MP na sua aplicação.

²⁵ A expressão é de JÜRGEN HABERMAS, *Facticidade y validez*, 2000, p. 282 e ss., sendo aqui utilizada para simbolizar um juiz onipotente, que, carrega aos ombros, a pesada tarefa de controlar, oficiosamente e sem apoio legal, o exercício da acção penal pelo Ministério Público. Aliás, se assim fosse, sempre ficaria por explicar por que razão essa fiscalização não é global, incluindo os despachos de arquivamento, em particular quando não há ninguém com legitimidade para se constituir como assistente e provocar aquele controlo externo.

²⁶ Segundo uma corrente doutrinal subscrita por TERESA PIZARRO BELEZA, *Apontamentos de Direito Processual Penal I*, 1992, p. 110 e por FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, *Direito Processual Penal*, 1998, p. 137, esta cláusula aberta é manifestamente inconstitucional, violando o princípio da legalidade, que abrange qualquer intervenção restritiva da liberdade.

deixar de ter aqui um papel fundamental. Sem a sua intervenção aqueles direitos ficam em perigo.²⁷

O segundo argumento aduzido a favor da imprescindibilidade do consentimento judicial é, curiosamente, retirado da estrutura acusatória: se o MP pudesse suspender provisoriamente o processo, a mesma entidade reuniria em si as funções de investigar e de sancionar.²⁸

Outro argumento invocado para justificar a intervenção do juiz de instrução criminal prende-se com a natureza da suspensão do processo: enquanto instrumento de política criminal, que procura a deflação processual, o mecanismo não pode ser confiado exclusivamente ao MP, nem aos seus critérios funcionais mais ou menos discricionários. A sua decisão tem de ser controlada, devendo sujeitar-se ao escrutínio judicial. Se não for assim, a suspensão provisória do processo pode conduzir ao arbítrio, gerando «formas de impunidade selectiva, de acordo com discriminações sociais, culturais, se não mesmo políticas ou ideológicas».²⁹

João Conde Correia e Manuel de Andrade consideram que nenhum destes argumentos doutrinários é convincente, será caso para perguntar se «não seria de dar agora um passo mais no sentido de, pelo menos, na fase de inquérito, colocar esta decisão nas mãos do MP como acontece praticamente em todos os Estados?»³⁰

A generalidade da jurisprudência optou por uma concepção maximalista dos poderes fiscalizadores do juiz, transformando aquilo que devia ser uma garantia do arguido, num sério obstáculo à sua defesa. Nesta concepção maioritária, se entender que as injunções ou regras de conduta acordadas entre o MP, o arguido e o assistente/vítima, são insuficientes para satisfazer as necessidades de prevenção que no caso se fazem sentir, o juiz de instrução criminal pode – indiferente àquele consenso – discordar da solução alcançada e, assim, inviabilizar a suspensão provisória do processo.

²⁷ Neste sentido, FERNANDO TORRÃO, *A Relevância Político-Criminal* ...2000, p. 194, ANDRÉ LAMAS LEITE, *A Mediação...*, p. 115 e ss. ou MÁRIO TORRES, *O Princípio da Oportunidade no Exercício da Acção Penal*, 1987) p. 241 e 242.

²⁸ Idem – *op. cit.*, p. 118.

²⁹ Cfr. A declaração de voto de VITAL MOREIRA, anexa ao Ac. do TC n.º 7/87, de 9 de Janeiro de 1987, publicado no DR I série de 9 de Fevereiro de 1987.

³⁰ JOÃO CONDE CORREIA, - *Concordância judicial à suspensão provisória do processo*, 2009, p. 43-83.

3. PARAMETRIZAÇÃO DA SUSPENSÃO POR REFERÊNCIA AOS FINS DAS PENAS

A decisão de suspensão provisória do processo, no plano das suas consequências, representa um meio-termo entre a acusação e o arquivamento e que, no plano da sua fundamentação, exige uma parametrização fáctico- jurídica próxima da sentença – daí que a falta de consenso conduza a acusação e não a arquivamento -, ainda que com naturais especificidades, traduzidas estas, em geral, num cenário de ilicitude, culpa e exigências de prevenção de baixa intensidade³¹.

Ora, se é comum afirmar-se que o princípio da legalidade potencia de modo mais proficiente o efeito de prevenção geral – prevenção geral de integração (positiva), em que a finalidade principal da pena reside no restabelecimento da ordem exterior da sociedade – que se liga à pena e a toda a administração da justiça penal, também é verdade que o princípio da legalidade só obtém a optimização dos desígnios que se propõe num contexto de funcionamento ideal do sistema.

Estudos criminológicos³² indicam que os programas de prevenção terciária (direccionada para a população reclusa) têm menor eficácia preventiva, enquanto os programas de prevenção primária (de cariz social de promoção de bem estar, emprego, educação e de supressão da exclusão social) são mais úteis que os de prevenção secundária (dirigida ao fenómeno criminal e às medidas concretas de política criminal e de acção policial).

De resto, é sabido que o efeito de prevenção geral, mais do que depender da severidade das penas, depende do grau de probabilidade da punição e do lapso de tempo que medeia entre a sua efectivação e a prática do facto. Ou seja, a perseguição penal e as reacções criminais têm um “tempo” próprio e certo para a sua efectivação, sob pena de perderem a almejada eficácia. Em contra-corrente, dada a pronta efectivação de medidas e do espaço comunicacional-pacificador que se gera na suspensão provisória, não deixa de se realizar, de diferente modo, a afirmação contra fáctica da norma violada e a estabilização das expectativas comunitárias, desde logo, por afastamento da “presunção de impunidade”, tantas vezes difundida.

Atende-se ainda na suspensão provisória do processo a uma das finalidades das penas, a da reintegração do agente na sociedade, preservando e promovendo a *self-image* do arguido e evitando o julgamento, fonte de estigmas.

³¹ Cfr. nº 1 do artigo 281º do CPP.

³² GARCIA PABLOS MOLINA, *Problemas y Tendencias de la Moderna Criminologia*, 1994.

Finalmente, quanto ao princípio da culpa, não se mostram inexpugnáveis as dificuldades que se suscitam em sede da suspensão provisória do processo – no que concerne à sua determinabilidade extra-julgamento, em sede da aplicação de medidas, bem como na relação com o princípio da presunção de inocência. Nesse plano, importa ter presente que, no âmbito deste instituto, a determinação da culpa é uma formulação provisória, inacabada (o processo pode vir a prosseguir e ocorrer até uma absolvição) e indiciária. A indicição de culpa aproxima-se da estabelecida no momento da dedução de acusação ou no da determinação da prisão preventiva. Além de que a exigibilidade de uma “culpa diminuta” e a “ausência de antecedentes criminais” ligam-se a propósitos reabilitativos ou de preservação do agente, no acto “isolado”.

A culpa, assim referenciada, tem ainda uma “função identificadora”³³ dos delitos a que o expediente se dirige, embora a sua densificação convoque critérios determinativos da medida da pena ou, pelo menos, de índole quantitativa como expressão da gravidade do facto (à luz do juízo de culpa).

Assim, atenta a matriz em que se funda o princípio da culpa (inviolabilidade da pessoa humana), a ideia de reintegração social do agente e a incompleta clarificação de culpa permitem salvaguardar a presunção de inocência e dar corpo à ideia de “resgate” que o cumprimento daquela sugere, por contrapô-lo ao “interesse público”.

Podemos, pois, concluir que o modelo de justiça consensual que a suspensão provisória do processo promove, permite ao cidadão, no papel de arguido, encontrar a Justiça e não apenas o Estado de Direito.

4. CONTROLO JURISDICIONAL

A intervenção do juiz de instrução na suspensão provisória do processo, mais concretamente, a exigência da “concordância” na aplicação deste instituto é um reflexo da própria estrutura do Processo Penal.

Findo o inquérito, de acordo com os indícios recolhidos durante esta fase, cabe ao Ministério Público lavrar despacho de acusação ou arquivamento, consoante esses indícios sejam ou não suficientes para conduzir a um juízo de probabilidade ou improbabilidade de condenação, respectivamente. Ou seja: o Ministério Público faz um juízo de prognose assente na suficiência de indícios e, consoante a convicção que formule, assim decide o destino do inquérito e do próprio processo. Não obstante, se durante a investigação forem recolhidos

³³ PETER HUNERFELD, *A Pequena Criminalidade e o Processo Penal*, 1978.

indícios que permitam a convicção de que o arguido praticou factos que consubstanciam determinado crime (e desde que se verifiquem os pressupostos legais), como já vimos, o Ministério Público tem à sua disposição a suspensão provisória do processo³⁴. Contudo, a aplicação deste instituto está sujeita ao escrutínio do juiz de instrução, o que reflecte o princípio da garantia judiciária. Decorre do próprio artigo 32º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa que sempre que esteja em causa a esfera de direitos, liberdades e garantias das pessoas, tais actos sejam conferidos por um juiz, no caso, o juiz de instrução. A aplicação de injunções ao arguido representa, sem dúvida, limitações aos direitos, liberdades e garantias, pois manifestam-se na imposição e restrição de condutas, que fora do âmbito penal, não dão admitidas³⁵. Como refere Mouraz Lopes³⁶ *toda a construção doutrinal do sistema garantístico como fundamento da actividade jurisdicional acaba por terminar na própria concepção legitimadora da independência do poder judicial. Afinal, a concretização da defesa dos direitos fundamentais só pode fundamentar a existência de um poder totalmente independente de todos os outros que, também eles, em concreto, acabam por sustentar, em determinadas circunstâncias, essas violações de direitos.*

Ainda que o processo penal seja de estrutura acusatória, conforme está constitucionalmente definido no artigo 32º, n.º 5 da Lei Fundamental e como resulta do próprio Código de Processo Penal desde 1987, o Ministério Público, embora sujeito a critérios de legalidade na sua actuação, continua a ser o representante do Estado no exercício da acção penal, o que evidencia a necessidade de ser o juiz o garante das liberdades do cidadão. Tal necessidade justifica-se também, não só pelas próprias competências alargadas dos Órgãos de Policia Criminal em matéria de prevenção e investigação criminal, como pelo facto de o próprio Ministério Público ter vindo a reforçar os seus poderes. Ainda assim, a autonomia é uma premissa do próprio estatuto do MP, o que significa que a própria actuação do juiz de instrução não pode ser intrusiva ao ponto de pôr em causa a direcção do inquérito por parte do Ministério Público, bem como as suas competências. Podemos falar de um verdadeiro limite à actuação do órgão judicial.

Assim, reafirmamos o entendimento de que a actuação do juiz de instrução na fase de inquérito é meramente de garante, no sentido de protecção dos direitos fundamentais do arguido, e não de controlo do exercício da acção penal, se se entender este como um poder-

³⁴ HAINS-HAINER KÜHNE *apud* JOÃO CONDE CORREIA, *Concordância judicial...*, 2009, p. 75, corrobora esta ideia afirmando que *se não há inícios [...] também não pode haver suspensão provisória do processo.*

³⁵ Não obstante ser nosso entendimento que a intervenção do juiz de instrução, neste caso, é de ingerência, quando deveria ser de mero controlo – *vide supra* 2, nota 24.

³⁶ MOURAZ LOPES, *Garantia Judiciária...*, 2000.

dever de ingerência, tal como decorre da lei – *vide* os artigos 268.º e 269.º do Código de Processo Penal³⁷. Cabe ao juiz de instrução verificar judicialmente as diligências do Ministério Público que implicam restrições aos direitos fundamentais (que, como já fora referido, na aplicação do instituto em causa, essas restrições verificam-se com a aplicação de injunções ao arguido). Contudo, nesta fase do processo, aquele órgão apenas intervém quando provocado e nunca oficiosamente, pois não detém a titularidade do processo até à eventual fase de instrução. Nas palavras de Paulo Dá Mesquita³⁸ “*o estatuto do órgão judicial nas fases em que intervém como «dominus» da fase processual (instrução ou julgamento) é inteiramente distinto do que assume na fase pré -acusatória como entidade exclusivamente competente para praticar, ordenar ou autorizar certos actos processuais singulares que, na sua pura objectividade externa, se traduzem em ataques a direitos, liberdades e garantias das pessoas constitucionalmente protegidos, sendo certo que a fase de inquérito pode findar sem que o juiz de instrução tenha intervenção*”. A função do órgão judicial na fase de inquérito é distinta da sua função na fase de instrução, em que, a par de funções de garantia, existe uma função de controlo que visa a comprovação da decisão final do inquérito.

Também a jurisprudência vai neste sentido, como se demonstra pela decisão do Tribunal Constitucional de 31 de Janeiro de 1990³⁹ — *A garantia da natureza judicial desta última [fase de instrução] expande-se aos actos praticados na primeira [fase de inquérito] sempre que equacionados os direitos fundamentais do arguido, implicando a intervenção do juiz-garante*. A intervenção do juiz – garante justifica-se sempre que afectado o núcleo da garantia fundamental. É nessa perspectiva, de juiz das liberdades ou das garantias, que deve ser enquadrada a participação do juiz de instrução na suspensão provisória do processo, intervindo quando não se verificam os respectivos pressupostos formais, constantes do artigo 281º, n.º 1 do CPP, como é o caso da concordância do arguido e do assistente, ou quando os indícios recolhidos não são suficientes para fundamentarem uma convicção sobre a responsabilidade criminal do arguido, caso em que o processo deve ser sujeito a despacho que arquivamento. Este juízo está bem patente no citado Acórdão n.º 7/87 do Tribunal Constitucional quando determina a necessidade de intervenção do juiz de instrução na suspensão provisória do processo.

³⁷ Neste sentido também JOÃO CONDE CORREIA, *A concordância judicial...*, 2009, p. 76, ao afirmar que *A função do juiz é, aqui, proteger o arguido dos excessos do Ministério Público e não [...] uma tutela suplementar da sociedade contra a inercia daquele*.

³⁸ PAULO DÁ MESQUITA, *Direcção do Inquérito Penal e Garantia Judiciária*, pág 143 e ss.

³⁹ Acórdão n.º 23/90 do Tribunal Constitucional de 31 de Janeiro de 1990, Relator: Conselheiro TAVARES DA COSTA.

Por tudo o que se vem dizendo, a concordância do juiz de instrução como sendo um dos actos jurisdicionais a praticar nos termos da al. f), do n.º 1, do artigo 268º, do CPP e em concreto no inquérito, nos termos do proémio do n.º 1 do artigo 281º do CPP, existe por razões de ordem constitucional, impondo ao legislador ordinário a sua previsão no CPP. A intervenção do juiz de instrução no âmbito da aplicação da suspensão provisória do processo foi considerada de tal forma importante que a sua violação encontra-se cominada com uma das sanções mais graves do ordenamento jurídico processual penal: a nulidade insanável, tal como decorre do artigo 119º, al. e) do CPP (considerando aqui a competência material do juiz de instrução *ex vi* o artigo 17º do mesmo diploma).

5. ADMISSIBILIDADE, OU NÃO, DE RECURSO DO DESPACHO DE NÃO CONCORDÂNCIA DO JUIZ DE INSTRUÇÃO CRIMINAL

Na esteira do que vem sendo exposto, a intervenção do juiz de instrução na fase de inquérito, em concreto, figura da “concordância” na suspensão provisória do processo é *sui generis* quando comparada às intervenções que àquele competem no âmbito do artigo 268º do Código de Processo Penal, não obstante estar sempre em causa a protecção dos direitos, liberdades e garantias dos arguidos. Neste sentido vai a nossa jurisprudência, nomeadamente no Acórdão do STJ de 18/11//2009⁴⁰ quando refere que o juiz de instrução [...] *deve discordar da suspensão provisória do processo se, apesar de verificados os seus pressupostos formais, da existência de indícios suficientes do facto e da sua punibilidade, as injunções ou regras de conduta propostas pelo Ministério Público atentarem contra a dignidade pessoal do arguido, atingirem o núcleo indisponível dos seus direitos fundamentais ou forem desproporcionadas, revelando uma restrição excessiva e injustificada desses direitos individuais.*

São várias as razões pelas quais o juiz de instrução pode discordar da suspensão provisória do processo. Na medida em que o âmbito da sua intervenção extravasa o mero controlo dos pressupostos formais (como sejam, por exemplo, o crime não ser punível com pena de prisão superior a cinco anos, a concordância do arguido ou a ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza⁴¹). Ainda que estes se verifiquem, o juiz pode fundamentar a sua discordância na falta de indícios da prática do crime, no facto de considerar as injunções propostas desproporcionadas ao caso concreto, etc. Contudo, acompanhamos CONDE CORREIA quando refere que o juiz de instrução [...] *não pode, sob pena de exorbitar o seu*

⁴⁰ Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 18/11/2009 relativo ao processo 270/09.9YFLSB, publicado no DR, 1ª série – n.º 248 – 24 de Dezembro de 2009, relator: SANTOS CABRAL

⁴¹ Cfr. Artigo 281º, n.º 1 proémio, al. a) e b) do CPP.

papel, inviabilizar a medida por entender que aquelas injunções ou regras são insuficientes para satisfazer as necessidades preventivas daquele caso concreto ou, substituindo-se ao Ministério Público, propor outras medidas. A sua função é de garantir os direitos e não de os restringir ⁴². Enfatizamos mais uma vez que a actividade do juiz de instrução não pode imiscuir-se na direcção do inquérito por parte do Ministério Público, existindo o risco de tal acontecer quando está em causa a concordância ou discordância na aplicação com fundamento na verificação (ou não verificação) de pressupostos que implicam a interpretação de conceitos indeterminados como é o caso da al. e) e f) do artigo 281º do CPP, relativos à determinação do grau de culpa do agente e à suficiência das injunções no que concerne às exigências de prevenção, respectivamente. A interpretação destes conceitos de “grau de culpa elevado” e “exigências de prevenção” exigem a apreciação do caso concreto, o que não garante uma interpretação uniforme, principalmente quando a mesma realidade é apreciada por dois aplicadores da lei diferentes, com funções diferentes no processo penal. Esta interpretação acaba por operar segundo juízos de discricionariedade (que ainda que não seja arbitrária, pois a interpretação de normas tem sempre que respeitar a sua teleologia e o espírito do sistema), o que poderá resultar em compreensões díspares da mesma realidade entre o MP e o juiz de instrução. Considerando que a “palavra final” – a “concordância” – é do órgão judicial, facilmente se vê o risco de ingerência a que se alude ⁴³.

Partimos da observação daquela que deve ser a estrutura da intervenção do juiz de instrução na suspensão provisória do processo para a análise de uma outra questão intrinsecamente ligada: saber se o despacho de concordância é, ou não, impugnável através de recurso.

A questão levanta-se, desde logo, porque ao analisar a lei processual penal verificamos que não existe nenhuma figura semelhante a este acto de “concordância” a cargo de um juiz, não havendo *qualquer critério interpretativo sobre o significado jurídico a atribuir a tal intervenção, antes a parificando, numa perspectiva literal, com a intervenção dos restantes sujeitos processuais, nomeadamente arguido e assistente [...] só explicável pela necessidade imperativa, sentida pelo legislador, de fazer face ao juízo de constitucionalidade sufragado pelo citado Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 7/87* ⁴⁴.

Perante a exogeneidade do acto processual em questão torna-se difícil determinar a sua natureza jurídica para efeitos de recorribilidade. Ainda que o STJ estabeleça uma paridade com os actos de concordância do arguido e do assistente, a verdade é que a “concordância” do

⁴² JOÃO CONDE CORREIA, *Concordância Judicial...*, 2009, p. 77 e ss.

⁴³ Neste sentido JOÃO CONDE CORREIA, *Concordância Judicial...*, op. Cit.

⁴⁴ Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit.

juiz é materialmente diferente da “concordância” destes últimos intervenientes, pela função de garantia que acarreta.

Fulcro da questão da recorribilidade da “concordância” judicial é a definição da sua natureza jurídica. Apelando ao que dispõe o artigo 399.º do Código de Processo Penal percebemos que é permitido recorrer de acórdãos, de sentenças e de despachos cuja irrecorribilidade não estiver prevista na lei. Já o artigo 97.º do mesmo diploma faz uma lista dos actos que consubstanciam a actuação do juiz no processo penal e que são designados de actos decisórios. Falamos, assim, dos actos do juiz que conhecem a final do objecto do processo, que tomam a forma de sentença ou acórdão e do actos que conhecem uma qualquer questão interlocutória ou que põem termo ao processo, que tomam a forma de despacho. Mas até que ponto é que apenas os actos previstos neste último artigo são os únicos actos judiciais decisórios e recorribéis? O artigo 399º do CPP não também não especifica que tipos de despachos são recorribéis.

A questão premente é de saber se a denominada “concordância” do juiz de instrução integra alguma das hipóteses citadas e se assume a natureza de acto decisório, sendo, consequentemente, recorribel.

Com efeito, nas palavras de Roxin⁴⁵, os actos do juiz podem agrupar-se segundo a forma (sentenças ou despachos) e segundo o seu conteúdo, distinguindo-se entre aqueles que põem fim ao processo e aqueles que possibilitam a sua continuação. Podemos então catalogar dois tipos diferentes de actos do juiz: actos que visam a ordenação e impulso processual, e os actos que visam a finalização do processo. Os primeiros visando a ordem do processo, adequando a tramitação do procedimento à lei adjectiva, e os segundos visando a resolução da questão substantiva ou o fim do processo. Para que se possa falar de um acto decisório, o acto em causa deve ou conhecer, a final, do objecto processo ou finalizar o processo, ainda que sem tomar conhecimento do respectivo objecto. Neste sentido diz o Supremo Tribunal de Justiça que deve ser de [...] *assumir o entendimento de que a decisão que põe termo à causa é aquela que tem como consequência o arquivamento, ou encerramento do objecto do processo, mesmo que não se tenha conhecido do mérito*⁴⁶. Por outras palavras, um acto decisório é aquele que põe fim à relação jurídica processual que se estabelece entre o Estado (enquanto detentor do poder punitivo representado pelos órgãos que intervêm no processo) e

⁴⁵ ROXIN, *Derecho Procesal Penal*, p. 181

⁴⁶ Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit.

o arguido, as testemunhas, os declarantes, os peritos e os intérpretes, através do procedimento criminal.

Não obstante o douto acórdão, como se disse, para efeitos do Código de Processo Penal, não substanciam actos decisórios apenas os actos que põe fim ao processo, mas também aqueles que visam impulsionar o seu andamento. Ora assim, somos obrigados a discordar do referido acórdão quando o venerando juiz conselheiro vem pôr a tónica da discussão em saber se a concordância do juiz é então uma decisão que põe fim à relação processual penal e assim se subsumir ao conceito de acto decisório recorrível. O juiz de instrução pode praticar actos decisórios que não implicam uma tomada de decisão final sobre o objecto do processo. Tal é o que acontece quando toma a decisão de discordar da suspensão provisória do processo, o que faz por meio de despacho.

Esta questão tem sido largamente debatida na doutrina e na jurisprudência. Como refere RUI DO CARMO [...] *os argumentos de defesa da irrecurribilidade têm sido a qualificação da concordância do juiz de instrução como um «mero pressuposto de validade da suspensão» e não como despacho – vide neste sentido o Acórdão da Relação de Évora de 18/03/2005*⁴⁷. Por outro lado, defendendo a recorribilidade da concordância do juiz de instrução, temos argumentos que vão no sentido de esta ser uma verdadeira decisão que põe em causa direitos, liberdades e garantias e de um despacho se tratar – vide, p.e., PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE⁴⁸ e o Acórdão da Relação do Porto de 22/10/2003⁴⁹.

De forma a pôr fim à vasta e divergente jurisprudência sobre esta matéria, o STJ, em acórdão a que já fizemos referência⁵⁰, veio fixar jurisprudência no sentido de **“A discordância do juiz de instrução em relação à determinação do Ministério Público, visando a suspensão provisória do processo, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 281.º do Código de Processo Penal, não é passível de recurso”**.

Para tanto, invoca fundamentos como o de que *o instituto da «concordância» judicial surge como uma condição da suspensão do processo* e a posição de Anabela Rodrigues - *a concordância do juiz é, assim uma mera formalidade essencial, embora de conformação*

⁴⁷ Ac. Relação de Évora, de 18 e Março de 2005, *Colectânea de Jurisprudência*, 2005 – II, p. 265 – *o juiz ao pronunciar-se sobre a proposta do Ministério público não está a proferir uma verdadeira decisão mas, a emitir um mero juízo de concordância, ou de discordância, que constitui um acto dependente da sua livre resolução, proferido no âmbito de poderes discricionários conferidos ao tribunal, tendo em vista a livre escolha quer da oportunidade quer da solução a dar ao caso concerto, logo não admite recurso (...)*.

⁴⁸ PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário...*, 2009, p. 735-736

⁴⁹ Ac. Relação do Porto, de 22 de Outubro de 2003, *Colectânea de Jurisprudência*, 2003 – IV, p. 215 – *Estas razões de ordem constitucional, que impuseram ao legislador ordinário a intervenção do juiz na suspensão provisória do processo, impõe igualmente o entendimento de que a decisão deste é recorrível*.

⁵⁰ Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit

(validade) daquela decisão (do Ministério Público) prevista pelo legislador em nome da ideia que fundamenta o instituto. Não se trata assim de uma decisão de que se possa recorrer [...] É certo que, em termos formais -categoriais, a não concordância do juiz assume a forma de um «despacho» mas, em termos materiais, não é um acto decisório que assuma aquela força.⁵¹ Assim o STJ vem considerar que a denominada «concordância» do juiz na suspensão provisória do processo é um acto processual de natureza judicial, não decisório, que constitui o pressuposto formal, e substancial, da determinação do Ministério Público de suspensão do processo nos termos do n.º 1 do artigo 281.º do Código de Processo Penal⁵². O douto acórdão alega ainda que a admissibilidade de recurso da “concordância” do juiz de instrução possibilita uma contrariedade de sistema na hipótese de o arguido requerer ao Ministério Público, no fim do inquérito, que o processo seja suspenso, sendo aí a decisão de discordância do juiz, objecto de recurso, quando comparado com o caso em que o arguido opte por, no final da instrução, endereçar ao juiz de instrução o mesmo requerimento a concordância do Ministério Público — artigo 307.º, n.º 2, do Código de Processo Penal — esta não ser susceptível de impugnação. É também invocado como contrariedade sistemática, a título de argumento contra a recorribilidade, a situação em que a suspensão seja aplicada em processo sumário ou processo abreviado ao abrigo do disposto no artigo 384.º ou no n.º 4 do artigo 391.º -B do CPP, uma vez que despacho judicial de «concordância» não é admissível de recurso, uma vez que os artigos 391.º e 391.º -F do referido diploma expressamente apenas admitem recurso da sentença, ou de despacho, que puser termo ao processo.

Não obstante este acórdão de fixação de jurisprudência ter o papel de orientar as decisões a que haja lugar nesta matéria⁵³, não se pode concordar com a sua tomada de posição. Por tudo o que vem sendo exposto quanto ao fundamento da exigência deste acto por parte do juiz, não podemos equipará-lo a uma simples tomada de posição num acordo (que acontece entre o Ministério Público, o arguido e o assistente). Diferentemente, o juiz vai aferir se os pressupostos processuais, legais e constitucionais estão cumpridos para que o processo possa ser provisoriamente suspenso⁵⁴, devendo haver lugar ao recurso dessa decisão sempre que esses pressupostos sejam postos em causa, sob pena de deixar passar impune um acto ilegal. Temos que admitir que este acto judicial é, como se disse, *sui generis* e não podemos interpretá-lo por comparação a outro acto, nomeadamente os constantes no artigo 97º do CPC,

⁵¹ Anabela Rodrigues *apud* Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit

⁵² Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit

⁵³ Vide a eficácia da decisão nos termos do artigo 445º, n.º 3 do CPP

⁵⁴ Neste sentido RUI DO CARMO, *A suspensão provisória do processo...*, 2008, p.333

mas tendo em conta o seu papel de controlo, parece apropriado que se faça o pelo menos o mesmo raciocínio que GERMANO MARQUES DA SILVA faz a propósito dos despachos de mero expediente que [...] embora [...] sejam irrecorríveis, já o não são as decisões do juiz que violem qualquer preceito legal, ainda que na aparência se destinem a regular termos normais do processo⁵⁵. Assim, não se vislumbra fundamento para que a decisão de “discordância” com a suspensão do processo, seja ela tomada pelo juiz de instrução no inquérito, seja pelo Ministério Público na instrução, seja no âmbito dos processos penais especiais, não possa ser sujeita ao escrutínio de uma segunda jurisdição. Torna-se ainda mais necessário que haja lugar a esse recurso a partir do momento em que a lei passou a utilizar a expressão [...] o Ministério Público (...) determina (...) a suspensão do processo [...], o que imprime uma obrigatoriedade de aplicação da suspensão provisória sempre que os pressupostos de verifiquem, tornando-se ilegal a discordância do juiz de instrução sempre que aqueles se verifiquem. Em voto de vencido, o Conselheiro Souto de Moura invoca também como fundamento à recorribilidade que a concordância do juiz [...] é vinculada, e preenche uma função de controlo que é de interesse público. Trata-se pois de um poder-dever, e não pode, portanto, deixar de ser uma decisão fundamentada [...] se se interpretasse a norma [...] com tendo atribuído uma faculdade completamente livre, estar-se-ia a frustrar a razão pela qual se impôs a intervenção do mesmo JIC⁵⁶. Pode mesmo dizer-se que ao negar a reapreciação desta decisão estão a negar-se direitos fundamentais constitucionalmente previstos de tutela efectiva dos direitos e o próprio direito à defesa, nos termos do artigo 20º, n.º 5 e 32º, n.º 1 da CRP.

6. OS PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO

Nos termos do disposto no artigo 281º, nº 1, do Cód. de Proc. Penal, na versão da Lei nº 48/2007, de 29/8, a possibilidade de suspensão provisória do processo, oficiosamente ou a requerimento do arguido, poderá ter lugar sempre que:

- a) O crime cometido não seja punível com pena superior a 5 anos;
- b) Concordância do arguido e do assistente;

⁵⁵ GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de processo penal III*, 2009, p. 317

⁵⁶ Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, op. Cit – voto de vencido do Conselheiro SOUTO DE MOURA

- c) Ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza⁵⁷;
- d) Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo por crime da mesma natureza;
- e) Não haver lugar a medida de segurança de internamento;
- f) Ausência de um grau de culpa elevado;
- g) Ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.

7. AS INJUNÇÕES E REGRAS DE CONDUTA

- a) Indemnizar o lesado;
- b) Dar ao lesado satisfação moral adequada;
- c) Entregar ao Estado ou a instituições privadas de solidariedade social certa quantia ou efectuar prestação de serviço de interesse público;
- d) Residir em determinado lugar;
- e) Frequentar certos programas ou actividades;
- f) Não exercer determinadas profissões;
- g) Não frequentar certos meios ou lugares;
- h) Não residir em certos lugares ou regiões;
- i) Não acompanhar, alojar ou receber certas pessoas;
- j) Não frequentar certas associações ou participar em determinadas reuniões;
- k) Não ter em seu poder determinados objectos capazes de facilitar a prática de outro crime;
- l) Qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso.

8. FACULDADE OU PODER DEVER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

No que respeita à actuação deste último, antes da alteração legislativa introduzida pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto no artigo 281º do CPP, referia Figueiredo Dias⁵⁸ que *a decisão de promover ou não promover um processo não pode em caso algum [...] ser comandada pela sua discricionariedade livre [...]; mas pode e deve ser comandada pela sua discricionariedade vinculada [...]*. O MP, em função do seu estatuto, deve agir de acordo com o princípio da legalidade, obedecendo à lei e à política criminal definida pelos órgãos de

⁵⁷ No sentido da inconstitucionalidade deste pressuposto previsto no artigo 281º, n.º 1 al. c) vide PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Os princípios estruturantes do processo penal português...*, 2009, p.435

⁵⁸ FIGUEIREDO DIAS, *Autonomia do Ministério Público...*, 2007, p. 191-206.

soberania. Contudo, este respeito pela legalidade abarca também a prática de actos pelo que sejam discricionariamente vinculados, pois por um lado surgem sob um princípio da oportunidade e, por outro, respeitam os critérios objectivos e imparciais legalmente definidos. Esta questão tem particular interesse pois nos processos anteriores à referida alteração legislativa, em que o Ministério Público decidia a suspensão provisória do processo, actuava ao abrigo de discricionariedade vinculada⁵⁹. Esta realidade era geradora de uma autonomia que já na altura não poderia ser balizada pela ingerência de outros órgãos de administração da justiça penal.

A alteração legislativa a que se faz referência, ao substituir a expressão “pode” por “determina”, vem alterar substancialmente o papel do Ministério Público na aplicação deste instituto, que deixa de actuar ao abrigo de uma faculdade (ainda que vinculada, como já ficou exposto) e passa a ter um dever de aplicá-lo sempre que os seus pressupostos se verifiquem. Nas palavras de RUI DO CARMO, quando diz que [...] *sendo legalmente admissível o procedimento criminal e tendo sido recolhidos indícios suficientes «de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente», a opção do Ministério Público por uma das formas de tratamento do litígio penal não é um acto discricionário, pois a soluções de conflito só deverão ter lugar quando não se verificarem os pressupostos legais de aplicação das soluções de consenso*⁶⁰.

Já na anterior redacção, era entendimento maioritário da jurisprudência que a suspensão provisória do processo não devia ser uma faculdade do Ministério Público, mas sim um poder-dever, uma decisão vinculada⁶¹.

A opção do Ministério Público pela suspensão provisória do processo como forma de tratamento do litígio penal não é, então, um acto discricionário, uma vez que as soluções de conflito só devem ter lugar quando não se verificarem os pressupostos legais de aplicação das soluções de consenso, sendo que, entre as várias hipóteses, deve optar-se por aquela que signifique menor intervenção e maior rapidez do procedimento. Neste sentido foram previstos os artigos 11º e 12º, da Lei nº 51/2007, de 31 de Agosto (que definiu os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009) que preconizam a

⁵⁹ Ou *oportunidade regulada* na expressão de FERNANDO TORRÃO, *A relevância politico-criminal...*, 2000, p. 189

⁶⁰ RUI DO CARMO, *A Suspensão Provisória do Processo*, 2008, p. 322; neste sentido também PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário...*, 2009, p. 733.

⁶¹ Vide p.e. Acórdão da Relação de Lisboa de 16/11/2006

aplicação da suspensão provisória do processo ao crime de condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas⁶².

9. A ABERTURA DE INSTRUÇÃO COM VISTA À SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO NO CRIME DE CONDUÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ

Com a entrada em vigor da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, o artigo 281º do CPP sofreu várias alterações, entre as quais, e para o tema que agora nos ocupa, a que passou a prever, no n.º 1 que o arguido e o assistente passam a poder requerer a suspensão provisória do processo. Conjugando esta alteração com a já referida supra relativa à expressão “ determina”, temos aqui uma verdadeira atribuição de novos direitos ao arguido e ao assistente de poderem “exigir” que, verificados os pressupostos, o processo penal seja suspenso e sujeito a injunções. Na própria Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 109/X-02, que deu origem à Lei n.º 48/2007, explicam-se essas alterações: *A suspensão provisória do processo passa a poder ser aplicada a requerimento do arguido ou do assistente. (...) Através destas alterações pretende alargar-se a aplicação deste instituto processual de diversão e consenso.* Assim, enquanto na versão dada pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, o Ministério Público podia decidir-se com a concordância do juiz de instrução, pela suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta; com a redacção da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, o Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do juiz de instrução, a suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta.

O alargamento da utilização deste instituto é assim possível, desde logo pela sua obrigatoriedade de utilização pelo Ministério Público, mas não só. Verifica-se também pelo próprio interesse que o arguido e o assistente têm nessa aplicação. O interesse do arguido nesta faculdade de requer a suspensão provisória é facilmente compreendida na medida em que pode agora despoletar a aplicação de um instituto que, não obstante o sujeite obrigações⁶³, evitará a sua acusação e possível condenação e sem que tal se traduza no registo criminal. Ao assistente interessará porque este tipo de institutos, fundados no consenso e oportunidade, possibilitam maior celeridade no processo, não facilitando um desvalor na censura da

⁶² Todos os crimes previstos no referido artigo 11º da Lei nº 51/2007, de 31 de Agosto se mantiveram no artigo 15º da Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho (que definiu os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2009-2011) à excepção do crime de subtracção de menor.

⁶³ Quanto à natureza das injunções, doutrina e jurisprudência têm afastado a sua classificação como verdadeiras penas, no entanto é interessante a posição de PIERRE PONCELA, *Droit de la Peine*, p. 177, quando refere que [...] *É certo que elas têm um regime jurídico específico, mas também são sanções que respondem à comissão de uma infracção penal; podem, pois, ser qualificadas não de penas mas sim de sanções penais.*

actuação do arguido, e permitir-lhe-á a sensação de justiça realizada num período mais imediato, sem ter que esperar pelo fim de um moroso processo penal. Ao Estado também interessa pois os institutos de consenso e oportunidade são mais económicos para o sistema: há uma efectiva redução de diligências e por envolvem menos recursos humanos e materiais⁶⁴.

O que vem sendo exposto tem a função de dar uma breve introdução ao problema agora em discussão, que é o de saber se pode ser requerida a abertura de instrução com vista à suspensão provisória do processo – nomeadamente no crime de condução em estado de embriaguez. Isto porque a introdução da faculdade de requerer a aplicação da suspensão provisória do processo, na fase de inquérito e até ao seu termo, e a consequente possibilidade de colmatar a falta de promoção do instituto por parte do Ministério Público, quando aquele seja aplicável, não pode ser descurada quando está em causa a interpretação do artigo 307º, n.º 2 do CPP.

Este artigo dispõe que encerrado o debate instrutório, no momento em que o juiz de instrução profere despacho de pronúncia ou não pronúncia, *é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 281.º, obtida a concordância do Ministério Público*. Ora, conforme refere o Acórdão do STJ de 13/02/2008, *a remissão para a disciplina do n.º 1 do artigo 281.º, correspondentemente aplicável, visa a redacção actual, nos termos atrás interpretados, inclusive quanto à possibilidade de o arguido ou o assistente pedirem a suspensão provisória do processo e o poder-dever que, por tal normativo, é imposto ao juiz de instrução*⁶⁵.

O que temos no artigo 307º, n.º 2 do CPP é a possibilidade de o processo penal ser suspenso provisoriamente mesmo que este já se encontre em fase de instrução. Acontece que enquanto no decurso do inquérito, o arguido e o assistente se podem dirigir, por requerimento, ao Ministério Público, que detém o poder de dirigir essa fase processual, já na fase de instrução, o seu pedido é direccionado ao juiz de instrução, por via do artigo 288º, n.º 1 do CPP. Contudo, ao seu direito a pedir a suspensão provisória do processo, *tem de corresponder uma adequada "acção", destinada a efectivar esse direito e que ocorre já depois de findo o inquérito e tomada posição final pelo Ministério Público*⁶⁶. Quando em fase de inquérito o Ministério Público não promove a suspensão do processo, devendo fazê-lo por se encontrarem verificados os pressupostos, teve necessariamente que acusar ou (ainda que

⁶⁴ Cfr. Relatório sobre as Formas de processo penal especiais e institutos de consenso e oportunidade, de 14.7.2005, do Ministério Público de Vila Nova de Gaia

⁶⁵ Ac. do STJ, de 13 de Fevereiro de 2008 - Secção Criminal.

⁶⁶ Ac. do STJ, op. Cit.

estranhamente) arquivar o processo, emitindo assim uma decisão relativa à fase de inquérito. Perante a própria previsão legal, tem que ser admitida a abertura de instrução visando a suspensão provisória do processo, uma vez que é este o meio próprio e à disposição do arguido e do assistente para requererem a comprovação da decisão de acusar ou arquivar o inquérito, nos termos do artigo 286º, n.º 1 do CPP. É nestes termos que se entende que a ausência de suspensão provisória do processo é um facto que fundamenta um Requerimento de Abertura de Instrução, pois é relevante analisar os factores que levaram a decisão diferente no inquérito. São esses factores que têm de ser sujeitos a comprovação. Neste sentido entende o referido Acórdão quando expõe que [...] *A acção dirigida ao juiz de instrução, findo o inquérito, só pode, pois, ser constituída pelo requerimento de abertura de instrução em que se pede que se analisem os autos para aferir se se verificam os pressupostos de que depende a suspensão provisória do processo [...] Só esse requerimento abre a possibilidade ao juiz de instrução de proferir a decisão a que se refere o artigo 307.º e que inclui, como se viu, a possibilidade de suspender provisoriamente obtida a concordância do Ministério Público*⁶⁷.

Já na revisão de 1998 o Ministério Público findo o inquérito podia, além do mais, arquivar, suspender provisoriamente o processo ou deduzir acusação e o artigo 307.º, n.º 2 do CPP já dispunha que o juiz de instrução podia pronunciar, não pronunciar ou suspender provisoriamente o processo, diligenciando, neste último caso, pela obtenção da concordância do Ministério Público. Assim, mesmo antes da introdução da faculdade do arguido e assistente requererem a suspensão provisória, já havia quem entende-se que a dita "comprovação judicial", reflectindo os poderes conferidos ao Ministério Público, podia conduzir a um dos três resultados já referidos, pelo que o pedido formulado no requerimento de abertura de instrução podia ser o da aplicação de qualquer uma dessas três soluções, incluindo, assim, a suspensão provisória do processo.

Por outro lado, diz-nos o artigo 287º, n.º 3 do CPP, quanto às razões de rejeição do requerimento de abertura de instrução, que aquelas apenas podem fundar-se na extemporaneidade, na incompetência do juiz ou na inadmissibilidade legal da instrução. Mesmo no âmbito deste último fundamento, não nos parece que o requerimento de abertura de instrução, no qual seja solicitada a suspensão do processo, possa por isso ser rejeitado.

⁶⁷ Ac. do STJ, op. Cit.; vide neste sentido também o Ac. Relação de Coimbra de 02/03/2011 – [...] *independentemente dos requisitos estabelecidos no artigo 281º do CPP se verificarem em concreto (e isso será da competência do senhor juiz de instrução apreciar) e, de igual modo, saber se o juízo de ponderação a efectuar pelo senhor juiz é favorável à pretensão, no seu livre juízo fundamentado de «saber se é de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir», não há motivos para formalmente e «ab initio», se indeferir a abertura da fase processual requerida com os efeitos pretendidos.*

Desde logo porque, como já se viu, a lei admite a aplicação deste instituto na fase de instrução. Além disso, a instrução é tipicamente considerada inadmissível quando tenha sido requerida fora do processo comum, por pessoa que não seja o arguido ou o assistente, por crime particular ou por falta de pressupostos do objecto do processo (factos e disposições legais incriminatórias), no caso de requerimento apresentado pelo assistente⁶⁸. Ainda assim, existem entendimentos diferentes na doutrina portuguesa, como seja a de PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE que considera como legalmente inadmissível o requerimento de abertura de instrução com vista a aplicação ou rejeição da suspensão provisória do processo⁶⁹, pelo que o requerimento dever ter outro fundamento. Pelo que se retira desta posição adoptada, na fase de instrução não haverá lugar a requerimento para suspensão do processo, mas a haver lugar aplicação deste instituto, será por iniciativa do juiz de instrução. Não obstante esta douta posição e porque uma, não impede a outra, concorda-se com o Professor quando este refere que a decisão de suspender ou não o processo, em sede de instrução, deve ser tomada pelo juiz de instrução, com concordância do Procurador do Ministério Público, no debate instrutório, sendo posteriormente proferido despacho de não pronúncia ou de pronúncia no caso de o arguido cumprir ou não cumprir as injunções a que seja sujeito, respectivamente, ficando até lá suspensa a instrução⁷⁰.

Outro argumento que tem sido levantado para contrariar a admissibilidade deste requerimento nos termos que temos vindo a analisar, é o facto de se exigir a concordância do Ministério Público, considerando-a potencialmente inviabilizadora da aplicação do instituto nesta fase processual. Mas como menciona o douto acórdão já referido, *a circunstância de o Ministério Público não ter feito uso do poder-dever que aquele n.º 1 [do artigo 281º do CPP] encerra não quer dizer que não concorde com a posição, argumentada, do juiz de instrução, que contribua para que a situação se apresente numa outra perspectiva e seja receptivo a uma mudança de posição [...] além de que [...] pode acontecer que da instrução resultarem verificados elementos necessários à suspensão do processo que, durante o inquérito não haviam sido suficientemente esclarecidos e assim se justificar a mudança de atitude do Ministério Público concordando com a suspensão provisora do processo quando anteriormente não fizera uso dessa possibilidade*⁷¹.

No que respeita ao crime de condução em estado de embriaguez tudo o que está dito é válido. Contudo é preciso ter em conta que este crime, pela moldura penal que tem, raras vezes será

⁶⁸ Vide neste sentido GERMANDO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal III*, 2009, p. 138-139 e, embora mais restritamente, SIMAS SANTOS-LEAL HENRIQUES, *Código de processo penal anotado II*, 2004, p.163.

⁶⁹ PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código...*, 2009, p. 751,

⁷⁰ PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código...*, 2009, p. 775

⁷¹ Ac. do STJ, op. Cit.

sujeito à tramitação da forma de processo comum. Primeiro, desde logo, pela orientação dada aos procuradores do MP para suspender provisoriamente este tipo de processos em fase de inquérito. Depois porque qualquer uma das formas especiais de processos são aptas a tramitar a prática deste crime - basta atentar os artigos 381º, proémio do n.º 1 (mesmo com a interpretação dada pelo Ac. do Tribunal Constitucional n.º 174/2014⁷²), para o processo sumário, 391º-A, n.º 1, para o processo abreviado e 392º - para o processo sumaríssimo-, todos do CPP.

Tendo em conta que a prova neste tipo de crime é facilmente obtida e realizada através de prova documental, pelo talão do alcoolímetro, e por prova testemunhal, que consiste no testemunho dos elementos do órgão de polícia criminal que detectou o arguido, é prática frequente o Ministério Público promover a tramitação do processo pela forma abreviada (quando a forma sumária já não seja possível). Assim sendo, e tendo em conta o disposto no artigo 286º, n.º 3 do CPP, é quase inexistente a possibilidade, na prática, de vir a requerer a abertura de instrução com fundamento na não suspensão provisória do processo quando deste crime se trate. Essa situação apenas se poderá inverter se algum fundamento houver que permita o reenvio do processo para tramitação sob forma de processo comum⁷³, que em todo o caso será mais fácil se o processo estiver a correr sob forma sumaríssima. Neste caso bastará ao arguido opor-se ao requerimento do Ministério Público (nos termos do artigo 396º, n.º 1 al. b) do CPP), eventualmente invocando a falta de suspensão provisória do processo quando era legalmente admissível, para que se abra a possibilidade de o processo ser remetido para forma de processo comum e o arguido ser, inclusive, notificado para requerer a abertura de instrução (nos termos do artigo 398º do CPP).

10. FACTORES A PONDERAR PARA A DECISÃO DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO NO CRIME DE CONDUÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ

- a) Valor da TAS;
- b) Idade do arguido;
- c) Categoria profissional do arguido;
- d) Natureza da categoria do veículo conduzido pelo arguido;

⁷² O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 174/2014 de 18 de Fevereiro de 2014 decidiu declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 381º, n.º 1, do Código de Processo Penal, na redacção introduzida pela Lei 20/2013, de 21 de Fevereiro, na interpretação segundo a qual o processo sumário aí previsto é aplicável a crimes cuja pena máxima abstractamente aplicável é superior a cinco anos de prisão, por violação do artigo 32º, n.ºs 1 e 2, da Constituição.

⁷³ vide artigos 390º, 391º-D e 398º do Código de Processo Penal

- e) Causas que determinaram a condução em estado de embriaguez;
- f) Intervenção em acidente de viação e consequências do mesmo;
- g) Concorrência ou não concorrência, objectiva e concreta, da condução na produção de riscos acrescidos para a segurança rodoviária;

11. INJUNÇÕES E REGRAS DE CONDUTA APLICÁVEIS NA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO NO CRIME DE CONDUÇÃO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ

- a) Entrega ao Estado ou a instituições privadas de solidariedade social de certa quantia monetária;
- b) Prestação de trabalho socialmente útil;
- c) Frequência de programas especializados, Acções de formação, Consultas de alcoologia;
- d) Compromisso de não condução de veículos (entrega voluntária da carta de condução);

CONCLUSÃO

Este relatório permitiu-me fazer uma retrospectiva do meu percurso, tanto académico como profissional, a sua importância e o que me fez alcançar enquanto cidadão e profissional, os novos conhecimentos e competências e a sua aplicação à realidade social.

Para além disso, permitiu-me que tivesse uma opinião formulada e crítica diante da realidade social.

A nível da actividade profissional e mais propriamente do tema abordado fica patente que esta escolha prendeu-se com o facto de ter muitas intervenções em processos crime em que, nalguns, debati-me pela aplicação daquele instituto ao crime de condução em estado de embriaguez, sendo que, sempre apresentei a seguinte motivação:

Nos termos do disposto no artigo 281º, nº 1 do Cód. de Proc. Penal, encontra-se expressamente prevista a possibilidade de suspensão provisória do processo, oficiosamente ou a requerimento do arguido, que poderá ter lugar sempre que:

- O crime cometido não seja punível com pena superior a 5 anos;
- Concordância do arguido e do assistente;
- Ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza;
- Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo por crime da mesma natureza;
- Não haver lugar a medida de segurança de internamento;
- Ausência de um grau de culpa elevado;
- Ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.

Abstractamente, é admissível a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo, uma vez que estamos perante um crime punível com pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias, se não houver conhecimento de que o arguido tenha anteriormente beneficiado da suspensão provisória do processo por crime da mesma natureza e não possuir antecedentes criminais.

Para além disso, entende-se que as injunções propostas devem ser suficientes para acautelar cabalmente as necessidades de prevenção geral e especial, as quais devem ser equacionadas

atendendo ao tipo de crime em causa, ao bem jurídico protegido e ao reflexo social do mesmo.

Desde logo há que "considerar a importância deste instituto pelo papel que desempenha na pacificação social, privilegiando soluções de consenso em detrimento de um aprofundamento da conflituosidade social, sem que simultaneamente a confiança da comunidade nas normas jurídicas violada seja abalada ou sem que os bens jurídico- penais deixem de ser penalmente tutelados.

O crime de condução sob a influência de bebidas alcoólicas, pela perigosidade que lhe é inerente, apenas poderá ser suficientemente dissuadido, a nosso ver, se a censura for efectivamente sentida por quem o pratica. E essa censura só é verdadeiramente eficaz quando o agente se vê privado de conduzir, o que, desde logo explica a aplicação automática da sanção acessória de proibição de conduzir do artigo 69.º n.º1, al. a), do CP, no caso de condenação por crime de condução em estado de embriaguez.

É certo que a aplicação da sanção acessória de proibição de conduzir veículos a motor pressupõe uma sentença de condenação, pelo que está excluída a sua aplicação no caso de suspensão provisória do processo. Todavia, já não estará excluída a possibilidade do arguido ao requerer a suspensão provisória do processo propor ao MP a entrega voluntária da carta de condução por um período determinado, injunção cujo objectivo é privar o infractor de poder conduzir nesse período. Porque os fins das penas são os mesmos que os das injunções e regras de conduta aplicáveis nos termos do artigo 281º, do CPP, uma vez que ambas têm em consideração quer a culpa do agente quer as necessidades de prevenção sentidas, então, no âmbito dos crimes do 292º, a suspensão provisória do processo poderá também estar condicionada a uma injunção privativa da condução.

Acresce que, também em termos de prevenção geral e especial poderá ser aplicada uma injunção desta natureza, uma vez que, por um lado, em cada caso poderão ser apuradas as exigências de prevenção de no caso se façam sentir, sendo certo que esta situação apenas se verificará no caso dos arguidos primários, constituindo factores que se nos afiguram suficientemente dissuasores da reincidência.

Como é sabido, o instituto da suspensão provisória do processo pressupõe que foram recolhidos indícios suficientes da prática de crime e do seu agente e, portanto, que existem elementos de prova bastantes que habilitariam o Ministério Público a deduzir acusação, submetendo o arguido a julgamento.

Porém, as injunções e regras de conduta não têm que aproximar-se das penas que poderiam ser aplicadas se o processo seguisse para julgamento e houvesse condenação, até porque são aplicadas sem comprovação da culpa, só com base em indícios suficientes de o arguido haver praticado o crime, embora tenham de representar para o seu destinatário um sacrifício tão sensível quanto o exijam as necessidades de prevenção que o caso impõe, aferidas pelas circunstâncias do crime suficientemente indiciado, designadamente, o grau de ilicitude.

Exigir-se que, para suspender provisoriamente o processo, o Mº Público imponha ao arguido uma "injunção" que corresponda à pena acessória prevista para o ilícito em causa, para além de se traduzir na concessão de um poder que, obviamente, o M P não detêm, ou seja, o poder de impor penas criminais que está legalmente reservado ao juiz, traduzir-se-ia também na imposição de um sacrifício da mesma natureza daquele que o arguido sofreria caso fosse submetido a julgamento. Com a agravação de cumprimento das restantes injunções aplicadas cumulativamente.

Legalmente não existem razões que impeçam a aplicação do instituto de suspensão provisória do processo ao crime p.p. pelo artigo 292º do Código Penal. A decisão de aplicação deverá avaliar os pressupostos legais daquele instituto, em conjugação com factores ou variáveis do caso concreto, que possam aconselhar ou desaconselhar a sua aplicação.

No entanto, a título meramente indicativo, poderão ser ponderados os seguintes factores, considerados individual ou conjugadamente:

- Valor da TAS;
- Idade do arguido;
- Categoria profissional do arguido (ser eventualmente motorista de profissão);
- Natureza ou categoria do veículo conduzido (v.g. veículo de transporte de passageiros, ou outro integrado no âmbito da sua profissão);
- Causas que determinaram a condução em estado de embriaguez;
- Intervenção em acidente de viação e consequências do mesmo (só danos materiais/ ofensas para si ou para terceiros/gravidade do acidente);
- Concorrência ou não concorrência, objectiva e concreta, da condução na produção de riscos acrescidos para a segurança rodoviária.

Em conclusão, podemos afirmar que a suspensão provisória do processo pode ser aplicada ao crime de condução de veículo em estado de embriaguez, desde que verificados os respectivos

pressupostos, sendo que as injunções propostas devem acautelar de forma suficiente e adequada as exigências de prevenção geral e especial, que se fazem sentir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

AAVV- *Constituição da República Portuguesa*, Quid Iuris, ISBN: 9789727244560, 2009.

ALMEIDA, Carlota Pizarro de - *Código Penal*, Almedina, ISBN: 9789724044088, 2011.

ALMEIDA, Carlota Pizarro de - *Código de Processo Penal*, Almedina, ISBN: 9789724043395, 2010.

Outras Fontes

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – “Os princípios estruturantes do Processo Penal português: que futuro? Que Futuro para o Direito Processual Penal?”, *Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

ANDRADE, Manuel da Costa - *Consenso e oportunidade: reflexões a propósito da suspensão provisória do processo e do processo sumaríssimo*, Coimbra, Almedina, ISBN 972-40-0257-8, 1991.

BELEZA, Teresa Pizarro - *Apontamentos de Direito Processual Penal*, Lisboa, AAFDL, 1992.

CAMPOS, Abel - *Trabalhos forenses*, Biblioteca Dr. Carmindo Ferreira, Coimbra, Coimbra Editora, 1948.

CARMO, Rui do – “A suspensão provisória do processo no Código de Processo Penal revisto: alterações e clarificações”, Comunicação apresentada nas Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, realizadas em Coimbra e Lisboa em Novembro de 2007, *Revista do CEJ*. - N. 9 (Janeiro-Junho 2008), p.321-336.

CARVALHO, Paula Marques – *Inquérito*, Formulários BDJUR: Processo Penal, Coimbra, Almedina, 2011.

CORREIA, João Conde – “Concordância judicial à suspensão provisória do processo: equívocos que persistem”, *Revista do Ministério Público*, A. 30 n.º 117 (Janeiro-Março 2009).

COSTA, José de Faria - «Diversão (desjudicialização) e mediação: que rumos?», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º 61, Coimbra, 1985.

COSTA, José de Faria - «Consenso, verdade e direito», *Linhas de Direito Penal e de Filosofia: alguns cruzamentos reflexivos*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

COSTA PINTO, Frederico de Lacerda da - *Direito Processual Penal*, Lisboa, AAFDL, 1998.

DIAS, Jorge de Figueiredo - *Direito Penal Português: Parte geral II, As consequências jurídicas do crime*, Aequitas, Editorial Notícias, 1993.

DIAS, Jorge de Figueiredo - «O sistema sancionatório do direito penal português no contexto dos modelos de política criminal», Separata de *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia*, *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, I, Lisboa, 1998.

DIAS, Jorge de Figueiredo – “Autonomia do Ministério Público e seu dever de prestar contas à comunidade: um equilíbrio difícil”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, A. 17 n.º 2 (Abril-Junho de 2007), Coimbra, Coimbra Editora, Dezembro de 2007.

EIRAS, Henriques - *Processo penal elementar*, Lisboa, Quid Juris?, 2001, ISBN: 972-724-102-6.

FERNANDES, Fernando - *O processo penal como instrumento de política criminal*, Coimbra, Almedina, 2001, ISBN: 972-40-1570-X.

FERRARA, Francesco - *Interpretação e Aplicação das Leis*, 4.^a edição, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1987, (tradução de Manuel Andrade).

FIDALGO, Sónia - “O consenso no Processo Penal: reflexões sobre a suspensão provisória do processo e o processo sumaríssimo Direito”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. - A. 18 n.º 2-3 (Abril - Setembro 2008), Coimbra, Coimbra Editora, Março de 2009, p.277-315.

GASSIN, Raymond - *Criminologie*, Paris, Dalloz, 1988.

GOMES, Conceição – “ A evolução da criminalidade e as reformas processuais na última década: alguns contributos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 60, Centro de Estudos Sociais e Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Coimbra, Outubro de 2001.

GUIMARÃES, Ana Paula - *Da impunidade à impunidade?: o crime de maus tratos entre cônjuges e a suspensão provisória do processo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, ISBN: 972-32-1193-9.

HABERMAS, Jürgen - *Facticidade y validez*, Madrid, Editorial Trotta, 2000.

HESPANHA, António Manuel *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um Milénio*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 140 e ss.

HUBER, Barbara, «Últimas tendencias em matéria de negociaciones en el proceso penal alemán», n.º 22, *Revista Penal*, Universidade de Huelva, 2008.

HUNERFELD, Peter – “A Pequena Criminalidade e o Processo Penal”, *Revista de Direito e Economia*, Ano IV, nº 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

ISASCA, Frederico, *Alteração Substancial dos Factos e a sua Relevância no Processo Penal Português*, Almedina, ISBN 9789724008899, 2003.

LEITE, André Lamas, *A Mediação Penal de Adultos - Um Novo «Paradigma» de Justiça? - Análise crítica da Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho*, Coimbra, Coimbra Editora, ISBN: 9789723216066, 2008.

LOPES, José Mouraz - *Garantia Judiciário no Processo Penal – O Juiz de Instrução*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

MESQUITA, Paulo Dá - *Direcção do Inquérito Penal e Garantia Judiciária*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 143 e ss.

MOLINA, Garcia Pablos – “Problemas y Tendencias de la Moderna Criminología”, *Cuadernos de Derecho Judicial – Criminología*, XXIX, CGPJ, 1994.

MONTE, Mário Ferreira – “Do princípio da legalidade no processo penal e da possibilidade de intensificação dos espaços de oportunidade”, *Revista do Ministério Público*, A. 26 n.º 101 (Janeiro -Março 2005), Lisboa, S.M.M.P., 2005, p.67-78.

PEDROSO, João, Catarina TRINCÃO e João Paulo DIAS - “ Percursos da informalização e da desjudicialização – por caminhos da reforma da administração da justiça (análise comparada)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais e Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Coimbra, Novembro de 2001.

PINTO, António Augusto Tolda - *A tramitação processual penal*, Coimbra, Coimbra Editora, ISBN-972-32-0900-4, 1999. PIERRETE PONCELA, *Droit de la Peine*, 2ª Ed., Paris, Presses universitaires de France, 2001, p. 177.

ROBALO, António Domingos Pires - *Noções elementares de tramitação do processo penal*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, ISBN: 972-40-1596-3, 2001.

ROBALO, António Domingos Pires - *Noções elementares de tramitação do processo penal: já com as alterações introduzidas pela lei 59/98, de 25 de Agosto*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, ISBN-972-40-1383-9, 2000.

ROBALO, António Domingos Pires - *Noções elementares de tramitação do processo penal: já com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 320-C/2000, de 15 de Dezembro*, 6ª edição, Coimbra, Almedina, 2003.

ROCHA, João Luís de Moraes – “Suspensão provisória do processo e consumo de estupefacientes”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 9, f.1 (Janeiro -Março 1999), Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p.109-117.

ROMERO PRADAS, Mª Isabel - *El sobreseimiento*, Valencia, Tirant Lo Blanch, ISBN: 84-8442-576-2, 2002.

ROXIN, Claus - *Derecho Procesal Penal*, Buenos Aires, Argentina, Editores del Puerto, 2004 (tradução de Gabriela E. Córdoba).

SANTOS, Boaventura de Sousa, Maria Manuel Leitão MARQUES, João PEDROSO – “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas”, *Oficina do Ces*, n.º 65, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Novembro de 1995.

SANTOS, M. Simas, M. Leal-Henriques, *Código de processo penal anotado vol.II*, 2ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros, ISBN: 972-51-0904-X, 2004.

SILVA, Germano Marques da – “A aplicação das alterações ao Código de Processo Penal”, *Fórum Iustitiae: Direito & Sociedade*, A.1, n.º 0 (Maio1999), Lisboa, Fórum Iustitiae, 1999, p.695-705.

SILVA, Germano Marques da – “A reforma do Código de Processo Penal e as perspectivas de evolução do direito processual penal”, *Revista Scientia Iuridica*, Tomo XLVIII, n.º 277/279 (Janeiro - Junho 1999), Braga, Universidade do Minho, p.67-83.

SILVA, Germano Marques da – “Aspectos gerais do projecto de reforma do Código de Processo Penal”, *Revista Jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, N.º 2 (Março 1999), Porto, Universidade Portucalense, 1999, p.35-53.

SILVA, Germano Marques da – “Em busca de um espaço de consenso em processo penal”, *Estudos em homenagem a Francisco José Velozo*, Braga, Universidade do Minho, ISBN 972-8533-14-4, 2002.

SILVA, Germano Marques da - *Notas soltas sobre as alterações de 2007 ao Código de Processo Penal português*, Coimbra, Almedina, 2009.

SILVA, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal III*, 2009, p. 317.

TEIXEIRA, Carlos Adérito - *Princípio da oportunidade: manifestações em sede processual penal e sua conformação jurídico - constitucional*, Coimbra, Almedina, ISBN 972-40-1268-9, 2000.

TORRÃO, Fernando - *A relevância político-criminal da suspensão provisória do processo*, Coimbra, Almedina, ISBN: 972-40-1282-4, 2000.

TORRES, Mário - “O Princípio da Oportunidade no Exercício da Acção Penal”- Jornadas de Processo Penal, *Cadernos da Revista do Ministério Público*, n.º 2, Lisboa, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1 – CERTIFICADO DE LICENCIATURA

ANEXO 2 – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS (CAP)

ANEXO 3 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na 5ª Bienal de Jurisprudência – Centro do Direito da Família da Universidade de Coimbra

ANEXO 4 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - A reforma dos recursos em processo civil

ANEXO 5 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - A reforma do processo penal

ANEXO 6 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Tendências actuais da responsabilidade civil

ANEXO 7 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - A nova legislação laboral

ANEXO 8 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Meios procedimentais e processuais de reacção contra actos tributários

ANEXO 9 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - A família e a lei

ANEXO 10 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Contra ordenações ao código da estrada

ANEXO 11 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Contra ordenações laborais

ANEXO 12 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Contra ordenações da competência municipal

ANEXO 13 – CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO na Acção de formação - Regime geral das Contra ordenações e coimas

